



RELATÓRIO FINAL DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO INTERVENTIVO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA BR-319

Municípios de Beruri, Borba, Humaitá, Manicoré e Tapauá, estado do Amazonas





DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO INTERVENTIVO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA BR-319 MUNICÍPIOS DE BERURI, BORBA, HUMAITÁ, MANICORÉ E TAPAUÁ, AMAZONAS.

RELATÓRIO FINAL



Sergio Bruno dos Reis Almeida

Responsável técnico



Brasília, janeiro de 2015.

**EQUIPE TÉCNICA****COORDENAÇÃO DE PORTARIA**

| Profissional | Formação |
|-------------------------------|--------------------------|
| Sergio Bruno dos R. Almeida | Historiador e Arqueólogo |
| Wanderson Esquerdo Bernardo | Arqueologo |
| Pesquisa de Campo | |
| Profissional | Formação |
| Andréia de Sousa Ribeiro | Msc. Arqueóloga |
| Juliana Baptista Ferreira | Dr. Antropóloga |
| Jean Pierre Pierrot | Msc. Antropólogo |
| Márcio Aparecido Pontes | Técnico- arqueologia |
| Ronne Charles Alves Chaves | Historiador |
| Sérgio Bruno dos Reis Almeida | Historiador e Arqueólogo |
| Thaís D. A. Macedo | Bacharel em Humanidades |



Sumário

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO GERAL | 10 |
| IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR..... | 12 |
| RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA ARQUEOLÓGICA | 12 |
| APOIO INSTITUCIONAL | 13 |
| ENDOSSO FINANCEIRO | 13 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1.1 OBJETIVO GERAL..... | 16 |
| 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 16 |
| 2. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA | 18 |
| 2.1 AS ÁREAS DE INFLUÊNCIAS | 19 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO PARA A PESQUISA | 21 |
| LEGISLAÇÃO E ARQUEOLOGIA..... | 21 |
| 3.1.1. Em Âmbito Federal | 22 |
| CONTEXTO ARQUEOLÓGICO..... | 23 |
| CONTEXTO HISTORICO E CULTURAL DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO EMPREENDIMENTO: | 33 |
| 3.1.2. Histórico de Ocupação..... | 33 |
| 3.1.3. Caracterização geográfica e histórico cultural dos municípios interceptados pela rodovia no trecho em licenciamento (beruri, borba, tapauá, canatuma, manicoré e humaitá)..... | 35 |
| 3.2.2.1 Municípios de Beruri:..... | 35 |
| 3.2.2.2 Município Borba..... | 36 |
| 3.2.2.3 Município Canutama | 37 |
| 3.2.2.4 Municípios de Manicoré..... | 38 |
| 3.2.2.5 Municípios de Tapauá | 38 |
| 3.2.2.6 Municípios de Humaitá | 40 |



| | |
|--|-----|
| 3.3.3. Cultura Indígena | 43 |
| 3.3.4. Cultura Militar | 48 |
| 3.3.5 Migrações do Sul e Nordeste..... | 49 |
| 3.3.6 Cultura Ribeirinha | 50 |
| 4. LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO | 52 |
| BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL DA ÁREA DE ESTUDO | 53 |
| O PATRIMÔNIO CULTURAL DA COMUNIDADE TRADICIONAL SÃO SEBASTIÃO DO RIO IGAPÓ-AÇU | 60 |
| PATRIMÔNIO MATERIAL | 68 |
| 5. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS..... | 72 |
| 5.1. O CONCEITO DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO | 73 |
| 5.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS – ESTUDO DA PAISAGEM PARA COMPREENSÃO DOS LOCAIS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO..... | 75 |
| 5.2.1. Etapa de Gabinete..... | 81 |
| 5.2.2. Etapa de Campo..... | 82 |
| 5.2.3. Escavação de Poços-Testes ou Tradagens..... | 83 |
| 5.2.4. Delimitação de sítio | 85 |
| 6. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DA BR 319 | 87 |
| 7. REGISTROS DE CAMPO..... | 103 |
| 8. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL | 121 |
| 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 126 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 127 |



Índice de Figuras

| | |
|--|--------------------------------------|
| Figura 1. Localização da área de estudo..... | 18 |
| Figura 2 Localização dos municípios da área de influência..... | 35 |
| Figura 3 Foto da praça principal da cidade no início dos anos sessenta. | 41 |
| Figura 4 Foto histórica da Intendência Municipal, antigo prédio da Prefeitura Municipal..... | 41 |
| Figura 5 Foto da Catedral Nossa Senhora da Conceição na década de setenta..... | 42 |
| Figura 6 Fotografia do “Castelo”..... | 42 |
| Figura 7: Ateliê Tomé Ferreira..... | 55 |
| Figura 8: Artista Plástico Tomé Ferreira e algumas de suas obras..... | 55 |
| Figura 9 D. Raimunda, artista visual que confecciona cestaria na Comunidade Tradicional de São Sebastião do Rio Igapó-Açu / AM. | 57 |
| Figura 10 Trabalho produzido por D. Raimunda na Comunidade Tradicional de São Sebastião do Rio Igapó-Açu / AM..... | 57 |
| Figura 11 Sr. José das Dores. | 57 |
| Figura 12 Cestaria produzida pelo Sr. José das Dores | 57 |
| Figura 13 Sr. João produzindo | 58 |
| Figura 14..... | Erro! Indicador não definido. |
| Figura 15 D. Marli Teschner | 59 |
| Figura 16 D. Raimunda | 63 |
| Figura 17 Paneiro e tipitis produzidos por D. Raimunda | 64 |
| Figura 18 Tipiti produzido por D. Raimunda | 64 |
| Figura 19 Esculturas em madeira do artesão Eduardo | 64 |
| Figura 20 Banner de boas vindas da 15ª Festa do Tucunaré | 65 |
| Figura 21 Torneio de Futebol masculino da 15ª Festa do Tucunaré | 65 |
| Figura 22: Apresentação Musical na 15ª Festa do Tucunaré | 66 |
| Figura 23 : Concurso da Missa Tucunaré | 66 |



| | |
|---|----|
| Figura 24 Tucunarés pescados no torneio de pesca da 15ª Festa do Tucunaré . | 66 |
| Figura 25 Placa da Rua Marechal Deodoro em Humaitá/AM. | 69 |
| Figura 26 Rua Marechal Deodoro em Humaitá/AM. | 69 |
| Figura 27 Casa com azulejos na fachada na Rua Marechal Deodoro em Humaitá/AM. | 69 |
| Figura 28 Casa com azulejos na fachada na Rua Marechal Deodoro em Humaitá/AM | 69 |
| Figura 29 Prédio do Grupo Escolar Osvaldo Cruz em Humaitá/AM. | 70 |
| Figura 30 Castelo” da Av. Gusmão em Humaitá/AM. | 70 |
| Figura 31 Detalhes arquitetônicos do “Castelo” da Av. Gusmão em Humaitá/AM. | 70 |
| Figura 32 Antigo prédio do mercado em Humaitá/AM. | 71 |
| Figura 33 : Catedral de Nossa Senhora da Conceição em Humaitá/AM. | 71 |
| Figura 34 Prédio da Câmara e da antiga Intendência em Humaitá/AM. | 71 |
| Figura 35 Atual Prédio da Biblioteca em Humaitá/AM. | 71 |
| Figura 36 Ficha de Campo. | 84 |
| Figura 37 Esquema de delimitação de um sítio arqueológico. | 85 |
| Figura 38: Atividades interventivas realizadas nas margens da BR 319. | 87 |
| Figura 39 área alagada e área de barranco da BR 319. | 88 |
| Figura 40 Execução do PT2. | 90 |
| Figura 41 Execução do PT26. | 90 |
| Figura 42 Execução do PT44. | 91 |
| Figura 43 Execução do PT14. | 92 |
| Figura 44 Área do PT56 | 92 |
| Figura 45Área do PT80 | 93 |
| Figura 46Área do PT 168 | 93 |
| Figura 47 Execução do PT 178. | 95 |
| Figura 48 Execução do PT 200m. | 95 |
| Figura 49 : Execução do PT 206. | 96 |



| | |
|--|-----|
| Figura 50 Execução do PT 210..... | 96 |
| Figura 51 Execução do PT 216..... | 97 |
| Figura 52 Execução do PT 212..... | 97 |
| Figura 53 Execução do PT 288..... | 98 |
| Figura 54 Execução do PT 294..... | 99 |
| Figura 55 Execução do PT 306..... | 99 |
| Figura 56 Execução do PT 306..... | 100 |
| Figura 57 Execução do PT 222..... | 100 |
| Figura 58: Execução do PT 316 | 101 |
| Figura 59 Execução do PT 334..... | 101 |
| Figura 60 Execução do PT 352..... | 102 |
| Figura 61 Execução do PT 380..... | 102 |
| Figura 62 Escola Vereador Manoel. | 122 |
| Figura 63 Escola Vereador Manoel. | 122 |
| Figura 64 Escola Oswaldo Cruz – Manhã. | 122 |
| Figura 65 Escola Oswaldo Cruz – Manhã. | 122 |
| Figura 66 Panfleto informativo sobre arqueologia (verso e reverso). | 122 |
| Figura 67 Ação de Educação Patrimonial na Comunidade | 124 |
| Figura 68 Ação de Educação Patrimonial | 124 |
| Figura 70 Ação de Educação Patrimonial | 124 |
| Figura 69 Ação de Educação Patrimonial | 124 |



Índices de Tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 Tabela sítios | 44 |
| Tabela 2 : Organização de pares opostos do povo Pirahã | 48 |
| Tabela 3 Levantamento do patrimônio cultural imaterial em Humaitá/AM. | 55 |
| Tabela 4 Levantamento do patrimônio cultural imaterial das comunidades e núcleos familiares da área de estudo..... | 60 |
| Tabela 5 Festas da Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu. | 67 |
| Tabela 6: Bens Patrimoniais de Natureza Material | 71 |
| TABELA 7 Resumo os pontos avaliados | 103 |



APRESENTAÇÃO GERAL

O relatório final de Relatório Final de Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área de Influência BR-319, Implantação e Pavimentação, municípios de Beruri, Borba, Humaitá, Manicoré e Tapauá, Amazonas (Processo IPHAN n° 01490.002189/2013-96), teve a coordenação e organização dos arqueólogos Sérgio Bruno dos Reis Almeida, sendo de suas responsabilidades a veracidade dos dados contidos neste estudo.

O referido empreendimento rodoviário tem como objetivo a recuperação da BR-319 (integrando por via terrestre as cidades de Manaus, AM, e Porto Velho, RO), no trecho entre o KM 250 (UTM 20M 0692430/ 9485324), município de Borba e KM 655,7 (UTM 20M 0470302/ 9163986), no entroncamento com a BR-230, município de Humaitá. Ao total foi vistoriada uma extensão de 405,7 quilômetros, atingindo terras dos municípios de Beruri, Borba, Humaitá, Manicoré e Tapauá, ambos no Amazonas.

Assim sendo, as obras de recuperação da BR-319 são de imensa importância para a sociedade regional, uma que:

- No âmbito social as obras de pavimentação/reconstrução da rodovia BR-319, bem como a conservação dos trechos em bom estado, serão fundamentais para formar um eixo de integração e combater, assim, o isolamento de importantes municípios dos estados de Amazonas e Rondônia. Dentre os municípios diretamente afetados pelas obras, destaca-se: Tapauá, Canutama, Humaitá e Manicoré, ambos no estado do Amazonas. Logo, estes compõem a área de influência direta do estudo, localizados entre os quilômetros 370 e 655. Além disso, somam-se os municípios de Manaus, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Beruri, Borba e Manaquiri, no estado do Amazonas; e Porto Velho, capital do estado de Rondônia. Estes fazem parte da área de influência indireta deste estudo.
- Ainda no âmbito social, a rodovia será de fundamental importância na promoção de maior acesso da população residente na área do interflúvio Purus-Madeira (grande



parte assentada como parte do projeto original de construção da rodovia), aos serviços de saúde e educação, uma vez que estes se concentram, prioritariamente, em Manaus e Porto Velho. Também promoverá uma rota mais rápida e barata para quem deseja viajar de carro pelo estado do Amazonas ou a outras regiões do país.

- No *âmbito econômico*, a rodovia tem como objetivo ser uma opção de escoamento da produção industrial de Manaus para o centro-sul do país, fornecendo uma opção de modal, principalmente para produtos de alto valor agregado que perdem competitividade pelo tempo de chegada ao mercado consumidor. Também promoverá o escoamento da produção agroextrativista local tanto dos municípios produtores. Estes processos poderá constituir importante fator estimulador da economia dos municípios do interflúvio Purus-Madeira.
- No *âmbito da geopolítica latino-americana*, a rodovia atuará como um eixo de integração rodoviária do norte ao sul da América do Sul. Internamente ao país, a rodovia irá propiciar uma maior presença do estado brasileiro em áreas estratégicas e vulneráveis. Dentre outros aspectos, a presença de estado, poderá evitar a ocorrência nesta região de processos de colonização não controlados.

O Diagnóstico Arqueológico Interventivo foi realizado ente os dias 04 de junho de 27n de junho a, visando à realização das pesquisas sistemáticas a fim de identificar, estudar e proteger sítios ou locais de interesse arqueológico que, por ventura, pudessem a vir ser impactados por qualquer atividade no empreendimento. Além disso, foram programadas e executadas oficinas de Educação Patrimonial para as comunidades diretamente impactadas pelas obras.

Para execução de todas estas ações, foi solicitado ao IPHAN/MinC permissão de pesquisa, autorizada em 02 de junho de 2014, Dou, Processo n.º 01490.002189/2013-96 de forma que a equipe pudesse realizar intervenções arqueológicas (Diagnóstico) seguindo as diretrizes legais (sobretudo conforme a Resolução CONAMA n.º 01/1986 e as Portarias SPHAN n.º 07/1988 e IPHAN n.º 230/2002).



IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR.

| DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - DNIT | |
|---|--|
| CNPJ | 04.892.707/0001-00 |
| Endereço | Setor de Autarquias Norte, Edifício Núcleo dos Transportes, Quadra 3, Bloco A. CEP: 70040-902 Brasília/DF |
| Contato | Contato: Aline Freitas Figueiredo Pimenta Telefone/fax: (61)3315-4198 / (61) 3315-4083 E-mail: aline.freitas@dnit.gov.br |

RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA ARQUEOLÓGICA

| COORDENAÇÃO DE PORTARIA | |
|--------------------------------|-------------------------------|
| Profissional | Sergio Bruno dos Reis Almeida |
| Formação | Historiador e Arqueólogo |

| EQUIPE DE CAMPO | |
|-------------------------------|---|
| Profissional | Formação |
| Andreia de Souza Ribeiro | Mestre em Arqueologia - Coordenadora de campo |
| Juliana Batista Ferreira | Dr. Antropóloga |
| Jean Pierre Pierrot | Msc. Antropólogo |
| Márcio Aparecido Pontes | Técnico- arqueologia |
| Ronne Charles Alves Chaves | Arqueólogo |
| Sérgio Bruno dos Reis Almeida | Historiador e Arqueólogo |

| FRONTEIRAS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS E AMBIENTAIS LTDA. | |
|--|---|
| CNPJ | 09399 110/0001-42 |
| Endereço | Avenida Artur Bernardes Quadra 02 Lote 01 Vila Anchieta Goiânia – GO, CEP: 74320-386 |
| Representante Legal | Sergio Bruno dos Reis Almeida |
| Contatos | 61 3263-7745 61 8114-6646 E-mail: contato@fronteirasestudos.com.br |
| GERENCIAMENTO | |



| | | |
|---------------------|--|---------------------|
| Profissional | Janderson Rubens Tameirão | Gerente de Projetos |
| Contatos | jtameirao@fronteirasarqueologia.com.br | (61) 8273-9955 |

APOIO INSTITUCIONAL

| | |
|-----------------------------------|--|
| INSTITUTO HOMEM BRASILEIRO | |
| CNPJ | 07.382.139/0001-96 |
| Endereço | Rua 38, 352. Boa Esperança, Cuiabá – MT, CEP: 78.068-545 |
| Contato | Veviane Cristina Ferreira e Silva Fone: (65) 3664-2407 Fax: (65) 3664-2407 E-mail: ihbrasileiro@terra.com.br |

ENDOSSO FINANCEIRO

| | |
|---|---|
| SETPU – Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana | |
| Endereço | Centro Político Administrativo - Ed. Edgar Prado Arze, CEP: 78.049-906 - Cuiabá – MT |



1. INTRODUÇÃO

O relatório final do *Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área de Influência BR-319, Implantação e Pavimentação* é, na verdade, um primeiro documento produzido para caracterização arqueológica das áreas de influência do empreendimento, elaborado a partir de dados e informações provindos do levantamento secundário e da pesquisa arqueológica de campo, mediante aos dados fornecidos pelos caminhamentos, assim como das intervenções em subsolo, estas representadas pela execução de poços testes e sondagens (como será descrito em Metodologia).

No caso do licenciamento cultural, o primeiro contato com a temática arqueológica (bem como a cultural e histórica) na área de influência de um empreendimento, diz respeito ao Diagnóstico Interventivo, ação necessária ao mapeamento e proteção do patrimônio regional, com o objetivo principal de identificá-lo e, deste modo, prever e minimizar possíveis impactos na busca de adequações favoráveis à gestão deste patrimônio.

Por gestão cultural entende-se o gerenciamento do patrimônio de modo que se proponham diretrizes para sua proteção, valoração e socialização. Para Delforge (2013, p. 20):

(...) os objetivos do Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (GPA) podem ser resumidos em: conhecer, preservar, conservar e divulgar o patrimônio. Todas as ações de GPA estão relacionadas a uma destas quatro tipologias.

Logo, no caso do patrimônio arqueológico diz respeito, principalmente, aos fatores que permitirão seu conhecimento, seja por meio da proteção *in situ* ou *ex situ*, de modo a garantir sua integridade por meio do planejamento, operacionalização e políticas culturais, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 3924/1961, bem como a Constituição Federal de 1988.

Como destacado por Bastos (2006, p.49):

O patrimônio arqueológico possui uma base de dados finita e diferentemente de outros sistemas não comporta restauração, sua capacidade de suporte de alterações é muito limitada.



Tendo em vista essa base finita, a incapacidade de restauração e a capacidade limitada de suporte, logo, práticas preventivas e de gerenciamento dos bens arqueológicos são essenciais (DELFORGE, 2013), uma vez que a elaboração de planos de Gestão Cultural é fundamental para: “(...) diagnosticar e prognosticar os impactos e efeitos cumulativos sobre os bens arqueológicos” (BASTOS, 2006, p. 49).

Ainda de acordo com Bastos (2006, p.50), esse gerenciamento deve se levar em conta algumas variáveis imprescindíveis à arqueologia preventiva (empresarial ou de contrato), a saber:

- O maior número de variáveis de perturbação do sítio ou unidade arqueológica;
- Causar inter e intra-sítios e em complexos arqueológicos;
- Avaliação integrada da área de captação de recursos das populações pretéritas e dinâmica populacional;
- Processo de interação;
- Escala temporal e seus intervalos;
- Previsão de impactos e efeitos futuros.

Como integrante desta Gestão Cultural, a execução do projeto de pesquisa também contemplou as ações de Educação Patrimonial (doravante EP) que, segundo a Constituição Federal de 1988, são importantes para a formação de cidadãos conscientes de suas heranças, diversidade cultural e história, vislumbradas pelos bens culturais (BRASIL, 1988, artigo 216°).

Como previsto na solicitação de portaria, a execução de toda a pesquisa teve um prazo médio de nove semanas, onde uma equipe multidisciplinar pode realizar:

- O levantamento da bibliografia disponível para elaboração do contexto histórico, arqueológico e etnográfico.
- Elaboração de cartografia para gerenciamento, ainda em gabinete, de modelos preditos que cooperem para melhor compreensão da área sob intervenção. A partir da criação destes modelos será refinada a metodologia de intervenção em subsuperfície.



- Os trabalhos de diagnóstico de campo, levantamento da cultura material e imaterial dos municípios atingidos pelos empreendimentos.
- As atividades de Educação Patrimonial, para todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente no projeto.
- Análise dos dados e informações obtidas e a produção do relatório final que resultará nas recomendações em relação à proteção e ao estudo dos bens arqueológicos porventura localizados em superfície e subsuperfície.
- Produção de um inventário com dados minuciosos sobre a área do empreendimento e entorno que comporá a base de dados da Fronteiras Arqueologia.

1.1 OBJETIVO GERAL

De acordo com a nova “roupagem” para planejamento, execução e gestão dos projetos de pesquisas executados e gerenciados pela empresa *Fronteiras – Estudos Arqueológicos*, a pesquisa arqueológica que resultou na redação deste relatório teve como objetivo:

⇒ *Prevenir os danos ao patrimônio cultural por meio da execução de diagnóstico interventivo, a fim de definir as áreas de potenciais arqueológico, histórico e/ou cultural e, a partir daí, avaliar os possíveis impactos e propor medidas a serem adotadas para mitigação ou compensação, bem como recomendar ao IPHAN/AM propostas de gestão para os locais identificados.*

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar intensa atividade de campo para conhecimento da realidade arqueológica e etnohistórica local e suas relações com o que foi descrito na literatura regional (NEVES, 2006; 2010; BANDEIRA, 2008, 2013; BARRETO, 2010; LATHRAP, 1970; ROOSEVELT, 1980; ALMEIDA, 2008).



- Avaliar os possíveis graus de impacto nos sítios arqueológicos identificados (naturais e antrópicos), indicando os fatores de risco que os afetam; além de advertir a importância cultural e histórica do(s) sítio(s) e ou locais de interesse arqueológico (histórico e cultural) eventualmente localizados, diagnosticando o grau de destruição decorrente do impacto direto da obra do empreendimento agrícola;
- Integrar campos metodológicos (e técnicos) diversos, para compreensão diacrônica do uso da paisagem. Para tanto, empregar-se-á o uso sistemático das tecnologias do geoprocessamento para produção cartográfica de todas as etapas da pesquisa arqueológica e identificação de possíveis áreas de interesse ou sítios arqueológicos.
- Garantir a integridade do patrimônio arqueológico regional (por meio da preservação e/ou conservação), de modo que se possam identificar os possíveis impactos frente ao patrimônio cultural (material e imaterial) da área a ser impactada pelo empreendimento.
- Identificar e indicar as áreas de maior potencial arqueológico e, portanto, que deverão ser mais bem vistoriadas nas outras fases da pesquisa.
- Delimitar dos sítios arqueológicos eventualmente encontrados, em termos espaciais e temporais, bem como estimar a diversidade cultural e o grau de preservação dos mesmos.
- Registrar minuciosamente a existência de ocorrências isoladas ou estruturas de interesse arqueológico, indicando ao IPHAN/MG a necessidade de resgate imediato (ou não).
- Desenvolver ações de educação patrimonial visando à divulgação e valorização do patrimônio cultural brasileiro e a importância de sua proteção para o conhecimento das gerações futuras.
- Contemplar, no relatório final de atividades, proposta para minimizar os danos ao patrimônio cultural, caso isto seja evidenciado.
- Registrar por meio de ficha do CNSA os sítios identificados.
- Divulgar científica e educacionalmente os resultados obtidos da pesquisa executada.



2. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Este relatório tem como proposta apresentar um levantamento do patrimônio cultural na área de estudo referente à Implantação e Pavimentação da BR-319/ AM, conforme Termo de Referência 03/2013. Essa BR liga a capital de Rondônia, Porto Velho, até a Capital do Amazonas, Manaus perfazendo um trecho de 405,7 km em linha reta, conforme a Figura 1.

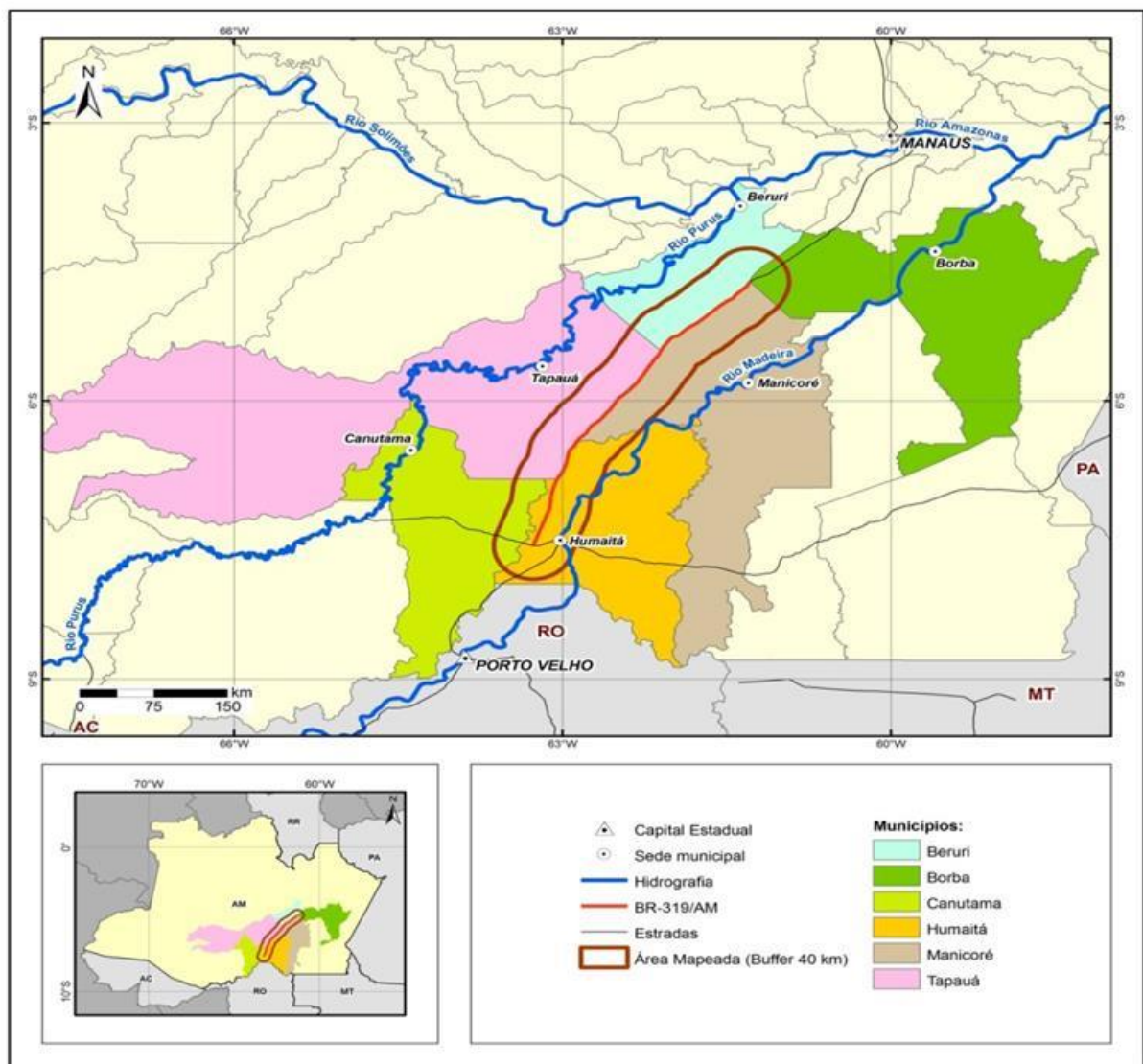


Figura 1. Localização da área de estudo.



Ainda Conforme Termo de Referência 03/2013, orienta-se que os estudos contemplem 405,7km da rodovia, do km 250 até o km 655,7 no entroncamento com a BR-230, denominada Rodovia Transamazônica, ou seja, do município amazonense de Borba, até o município de Humaitá (AM) no sul do Amazonas.

O resultado deste estudo sobre o patrimônio material, imaterial, arqueológico, histórico e cultural é parte integrante do relatório técnico para obtenção do Licenciamento Ambiental do empreendimento em sua fase de Licença Prévia (LP).

Como área diretamente afetada (ADA) considerou-se a extensão da BR-319, como será discutido à frente, e, ainda uma faixa de 40 km considerado a AID do empreendimento, onde foram concentrados os estudos com o objetivo de identificar possíveis bens culturais que possam ser impactados com as obras propostas.

Cabe salientar que a pesquisa sobre o patrimônio cultural tem como foco de estudo as comunidades e agrupamentos sociais e, devido ao vazio geográfico desta região, a faixa de 40 km contempla com segurança o estudo empreendido.

2.1 AS ÁREAS DE INFLUÊNCIAS

Para a execução da pesquisa, levaram-se em consideração as recomendações dadas pelo “Termo de Referência para o Licenciamento Ambiental – Meio Ambiente Sócio Econômico em seus Aspectos Relacionados à Proteção dos Bens de Interesse Cultural”, elaborado pela Superintendência do IPHAN de Minas Gerais (2012), bem como a Resolução do CONAMA nº 001/1986, em seu artigo 50º, inciso III, que define a área de influência de um empreendimento como o espaço a ser, direta ou indiretamente, afetado pelos impactos gerados pelos processos de planejamento, implantação e operação.

De acordo com Bastos (2010), estas áreas correspondem como o espaço suscetível de sofrer alterações como consequência da sua implantação, manutenção e operação ao longo de toda sua vida útil.

Em termos de definições, a ADA deverá ser considerada a área necessária para a implantação do empreendimento, assim deverá levar-se em consideração, segundo a Resolução do CONAMA nº 001/1986, suas estruturas de apoio, vias de acesso privadas que precisarão ser



construídas, ampliadas ou reformadas, bem como todas as demais operações associadas exclusivamente à infraestrutura de uso privativo do empreendimento.

A Área de Influência Direta (AID) deve ser considerada como a área geográfica diretamente afetada pelos impactos oriundos do empreendimento, em resumo, considera-se o espaço territorial contínuo e ampliado da ADA. Tais impactos devem ser mitigados, compensados ou potencializados (se positivos) pelo empreendedor.

Enfim, a Área de Influência Indireta (AII) abrange um território que é afetado pelo empreendimento, mas no qual os impactos e efeitos decorrentes do empreendimento são considerados menos significativos do que nos territórios das outras duas áreas de influência (ADA e a AID).

Assim, para melhor avaliar o impacto de um empreendimento sobre o patrimônio cultural, foram definidas três áreas de influências sendo a Área Diretamente Afetada (ADA), a Área de Influência Direta (AID) e a Área de Influência Indireta (AII).

- **Área Diretamente Afetada (ADA):** Para este empreendimento foi definida uma ADA de 70 m para cada margem da rodovia, do km 250 até o km 655,7 no entroncamento com a BR-230.
- **Área de Influência Direta (AID):** em se tratando de um empreendimento já implantado considerará neste projeto como AID o entorno imediato da Rodovia do km 250 até o km 655,7 no entroncamento com a BR-230, sendo delimitada uma faixa de 40 km onde foram concentrados os estudos com o objetivo de identificar possíveis bens culturais que possam ser impactados com as obras propostas. Como já explicitado neste relatório, a pesquisa sobre o patrimônio cultural tem como foco de estudo as comunidades e agrupamentos sociais e, devido ao vazio geográfico desta região, a faixa de 40 km contempla com segurança o estudo empreendido.
- **Área de Influência Indireta:** No caso deste relatório, corresponde aos territórios dos municípios diretamente afetados pelas obras, a saber: Beruri, Borba, Humaitá, Manicoré e Tapauá, ambos no estado do Amazonas.



3. REFERENCIAL TEÓRICO PARA A PESQUISA

LEGISLAÇÃO E ARQUEOLOGIA

Os estudos arqueológicos no Brasil são regidos por um corpo legislativo extremamente bem fundamentado (MIRANDA, 2006), e fiscalizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC).

A pesquisa deve ser devidamente autorizada pelo órgão, sendo que o arqueólogo coordenador passa a ser responsável pela pesquisa, análise e guarda dos remanescentes culturais, até que seja depositado na instituição de apoio para guarda definitiva.

A proteção do patrimônio cultural, em especial o arqueológico, constitui-se de uma condição essencial para a conservação de dados fundamentais sobre os processos históricos e culturais de uma nação garantindo, inclusive, a consolidação de sua memória, identidade e cidadania, bem como suscitando processos de valoração e preservação desse patrimônio enquanto práticas de educação (MIRANDA, 2006; CASCO, 2006).

De acordo com Delforge (2013, p.20):

O Patrimônio Arqueológico (PA) é uma especialidade do patrimônio cultural que se constitui em um conjunto de locais e objetos arqueológicos definidos por lei. O Registro Arqueológico pode ser definido como qualquer tipo de vestígio da atividade humana do passado remoto até o presente (...) O PA considerado um bem de interesse difuso, ou seja, de interesse de todos, incorporado e equiparado ao meio ambiente, por isso, sua preservação requer metodologias específicas de gestão ou de gerenciamento.

Neste sentido, o patrimônio arqueológico pode ser entendido como a porção do patrimônio material para o qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (ICOMOS, 1990).

Para Miranda (2006, p.73)

Em nosso país, a proteção específica para os bens de valor arqueológico surgiu com a edição da Lei n. 3924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos. Até então, a proteção



de tais bens ficava na dependência do tombamento (regido pelo Decreto Lei 25/37), instituto pouco adequado à tutela do patrimônio arqueológico tendo em vista que em muitos casos a pesquisa científica necessária para o estudo dos sítios acaba por desmontá-lo integralmente, o que a rigor contraria a norma de proteção integral inserta no art.17 da Lei de Tombamento (MIRANDA, 2006, pp. 75-76).

Portanto, o patrimônio arqueológico brasileiro é regido por uma legislação que normatiza a proteção, a pesquisa, o gerenciamento e a apropriação dos bens desta natureza. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC) é a instituição que tem como missão precípua a proteção, a salvaguarda e a gestão dos sítios arqueológicos.

Esta instituição atua também como um órgão da União para expedição de portarias, que autorizam a realização dos estudos arqueológicos em empreendimentos que poderiam ocasionar possíveis impactos ao patrimônio cultural.

Esta solicitação de pesquisa foi planejada e será executada para dar pleno atendimento à legislação referente ao patrimônio arqueológico pré-histórico e histórico, fundamentada nas seguintes leis:

3.1.1. Em Âmbito Federal

- **Constituição Federal de 1988** (artigo 225º, inciso IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216º;
- **Lei Federal nº 3.924, de 26/07/1961**, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- **Resolução CONAMA nº 01/86**, especificamente o artigo 6, inciso I, alínea c, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação de um empreendimento (LP, LI e LO);
- **Resolução CONAMA nº 07/97**, que detalha as atividades e produtos esperados para cada uma das fases do licenciamento ambiental e de sua obrigatoriedade para obras civis rodoviárias e demais obras de arte a elas relacionadas;



- **Portaria IPHAN / MinC nº 07, de 01.12.1988**, que normatiza e legaliza as ações de intervenção e resgate junto ao patrimônio arqueológico nacional, definindo a documentação necessária para pedidos de autorização federal de pesquisa;
- **Portaria IPHAN / MinC nº 230, de 17.12.2002**, que especifica o escopo dos estudos sobre patrimônio arqueológico a serem realizados nas diferentes etapas de licenciamento ambiental.
- **Lei Federal nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade)**, que também determina a proteção do patrimônio cultural.
- **Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000**, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Segundo o arqueólogo Eduardo Goés Neves (1999-2000, p.87), a bacia amazônica é a região brasileira onde a Arqueologia foi mais bem sucedida no estabelecimento de problemas de pesquisa significativos.

Tal quadro deve-se ao fato de que há, na Amazônia, uma tradição de meio século de pesquisas orientadas a partir de questões antropológicas gerais que demandam tratamentos arqueológicos e etnográficos. Não foi esse o caso em outras partes do Brasil, onde a Arqueologia permaneceu, em linhas gerais, um empreendimento descritivo sem maiores preocupações históricas ou antropológicas.

Ainda para o mesmo autor (1999-2000, p. 87), as pesquisas arqueológicas na região remontam a meados do século XX, inicialmente sob uma forte influência da ecologia cultural norte-americana e do determinismo ecológico, mas atualmente com evidências crescentes para uma crítica dessas tais premissas.

Os esforços de pesquisa destes e de outros pioneiros culminaram já no século XX, com a breve e relevante síntese de Nordenskiöld (1930), baseada em grande parte dos trabalhos de campo realizados por Curt Nimuendaju no baixo Amazonas (LINNÉ, 1928).



Assim, toda a Arqueologia realizada na região amazônica, a partir da década de 1940, foi desenvolvida sob a influência do conceito de cultura de floresta tropical (NEVES, 1999-2000, p.89). Porém, observa ainda Neves, na antropologia cultural há cada vez mais indicadores para uma crítica das concepções que embasam esse “modelo periférico”, também chamado de *standard model*, de acordo com Viveiros de Castro (1996).

Na década de 1970, as primeiras sínteses de Arqueologia brasileira apresentavam discussões prolongadas sobre o registro arqueológico amazônico. Já nos anos de 1980 monografias inteiras foram escritas com foco em problemas de arqueologia amazônica.

Para André Prous, sobre o início das pesquisas científicas na Amazônia, a Arqueologia iniciou-se no século passado, caracterizando-se, exclusivamente, pela orientação estadunidense (PROUS, 1992, p. 427).

Até a primeira metade do século XX, Howard, valendo-se da cronologia estabelecida anteriormente por Rouse, na Venezuela, e das publicações esparsas de Nordenskiöld, Métraux e Nimuendaju, tenta organizar os dados coletados até então.

Howard distinguia seis complexos, todos ceramistas. Quatro destes eram caracterizados por uma decoração pintada e considerados os mais recentes. Teriam sido antecidos por uma decoração exuberante de apliques modelados (“cultura dos Tapajós”, ou “Santarém”), e por outro que apresentava urnas em forma de pessoas sentadas em bancos (“cultura Maracá”). Para Howard, estes complexos tinham se difundido num eixo norte-sul, pelos tributários do Amazonas.

Atualmente, devido a grande quantidade de pesquisas realizadas na bacia amazônica, a partir da década de 1950, este panorama está ultrapassado, sendo relegado apenas a um marco histórico.

Na mesma época (anos 1950), Julien Steward elaborava um quadro teórico informando que os indígenas amazonenses estavam vivendo no estágio socioeconômico “marginal”, ou seja, da “floresta tropical”, não tendo possibilidades de ultrapassá-lo em razão das pressões ecológicas negativas.

Por outro lado, segundo relato de Prous (1992, p. 427) houve um movimento migratório de populações subandinas de nível “circuncaraíba”, que saíram da Colômbia para seguir o litoral atlântico. Esse grupo, ao chegar à foz do rio Orinoco, teria se separado em dois outros grupos:



- O primeiro, ao se dirigir para as Antilhas, conseguiu manter lá seu padrão cultural tradicional;
- Já o segundo prosseguindo sua caminhada pelo litoral das Guinas (hoje Guiana, Suriname e Guina Francesa), conseguiu alcançar a foz do rio Amazonas, subindo em seguida o grande, adentrando o continente.

O ambiente tropical teria impossibilitado estes grupos de manterem seus padrões culturais, forçando-os a abandonar suas características mais complexas, e se estabilizado na condição de Cultura de Floresta Tropical. Desse modo, a grande contribuição de Steward foi a criação de modelos testáveis, que impulsionaram uma série de pesquisas arqueológicas na região (STEWART & LOWIE, 1948).

Na década de 1950, o casal B. Meggers e C. Evans foi enviado por Steward (que queria testar sua teoria em campo), para escavar na foz do rio Amazonas. A partir dessa época, a arqueologia amazônica passa a ser dominada pela personalidade e teorias desse casal.

As escavações na Ilha de Marajó realizadas por Meggers e Evans, mostraram que grupos considerados “circuncaraíbas” (fase Marajoara) tinham sido precedidos nesta região-chave por grupos do tipo “floresta tropical”. Assim, o casal passou a levar em consideração que este último estágio não era a consequência de uma degeneração, mas o nível máximo possível de ser atingido por populações eventualmente indígenas no meio ecológico amazônico.

Estudos posteriores, realizados nas décadas 1970 por Donald Lathrap; de 1980 por Anna Roosevelt e, na década de 2010 pelo arqueólogo Eduardo Neves, apontaram que estas proposições estariam equivocadas e que, ao contrário do que se pensava, a foz do Amazonas – considerada então como área marginal – é que teria sido o lugar de origem destas “culturas complexas” tendo posteriormente se expandido para outras áreas (LATHRAP, 1970; NEVES, 2006; ROOSEVELT, 1980; ALMEIDA, 2008; BANDEIRA, 2013).

Segundo Prous (1992, p. 432), as escavações realizadas nos anos durante as décadas de 1970-1980 mostraram que as mais antigas cerâmicas americanas apareceram em sítios de pescadores e coletores litorâneos de tipo sambaqui no Equador (Valdívia) e na Colômbia (Puerto Hormiga), por volta de 3200 a.C.

Quando B. Meggers obteve uma datação de 980 a.C. para a cerâmica mais antiga de Marajó e por extensão, do Brasil, supôs que fosse derivada da cerâmica Valdívia e, portanto, trazida por imigrantes. De forma surpreendente, na década de 1970, foram obtidas datações mais antigas, de 2500 e 3200 a.C, para a cerâmica em sambaquis do litoral do Pará (fase Mina).



Dessa forma, tão antiga quanto qualquer outra conhecida nas Américas, verificando-se, assim, que no Brasil havia cerâmica (Mina, do Pará) mais antiga que a de “tipo Valdívia”, até então considerada como a mais antiga origem das outras tradições do Novo Mundo (PROUS, 1992, p. 433; BANDEIRA, 2008, 2013; ALMEIDA, 2008).

Para a Arqueologia verifica-se a mesma tendência. Essa crítica está direcionada aos diferentes usos de explicações com bases ecológicas apresentadas pelos arqueólogos que desenvolveram estudos na região amazônica no último meio século, especialmente nas tentativas de explicar os padrões pré-coloniais locais de organização política.

Durante anos, a adesão à perspectiva periférica e o uso de cronologias relativas contribuíram para o estabelecimento de cronologias pouco profundas para a Amazônia. Embora essa perspectiva tenha sido criticada a partir da década de 1960, essa crítica foi apoiada por poucos dados empíricos. Nos últimos anos do século XX, porém, tem surgido cada vez mais elementos que apontam para uma ocupação pré-colonial bastante antiga da bacia Amazônica, chegando pelo menos até a transição entre o Pleistoceno e o Holoceno (ROOSEVELT *et al*, 1996).

Atualmente as datas mais antigas para o início da ocupação humana da Amazônia chegam a cerca de 10.500 anos AP, resultado das escavações na caverna da Pedra Pintada, localizada próxima à várzea do rio Amazonas, em Monte Alegre, Pará (ROOSEVELT, 1996; NEVES, 2006).

Assim como Roosevelt, outros pesquisadores encontraram evidências, obtidas em áreas distantes da várzea amazônica, para o recuo da cronologia de ocupação para o início do Holoceno. Dentre esses trabalhos pode-se destacar a Gruta do Gavião, situada na Serra dos Carajás, que apresenta datações que chegam até cerca de 8 mil anos AP além dos sítios a céu aberto da fase Itapipoca, na bacia do alto Madeira, em Rondônia, com idades que chegam a cerca de 8.300 anos AP (MILLER *et al*, 1992).

Durante suas pesquisas no baixo Amazonas, Roosevelt (1995) encontrou também vestígios mais antigos para a produção cerâmica nas Américas, sem dúvida a evidência empírica mais importante para a crítica da perspectiva periférica defendida pelo casal Meggers-Evans.

Na caverna da Pedra Pintada e no sambaqui fluvial da Taperinha, o último situado próximo à cidade de Santarém, Roosevelt escavou cerâmicas datadas em 7090 ± 80 BP e 7580 ± 215 AP (ROOSEVELT 1995, p.123).



Anterior a Roosevelt, Simões (1981) já havia obtido datas de cerca de 5500 anos AP para a produção de cerâmica, pertencentes à fase Mina, nos sambaquis do litoral do Pará.

A existência de complexos cerâmicos antigos ao longo da várzea amazônica já havia sido sugerida por Lathrap (1974). Porém, essa hipótese não pode ser testada anteriormente devido à falta de dados empíricos na Amazônia brasileira.

De acordo com Lathrap, as cerâmicas mais antigas da América do Sul deveriam ser procuradas em áreas de florestas tropicais como a Amazônia ou partes da Colômbia, e não em uma implausível migração marítima através do Pacífico.

Os trabalhos recentes de Roosevelt confirmam a hipótese de Lathrap, já que indicam que a cerâmica mais antiga das Américas provém do baixo Amazonas, próximo ao centro de origem por ele proposto (ROOSEVELT, 1995; ROOSEVELT et al., 1991).

Apesar dos poucos dados ainda disponíveis, as perspectivas variáveis sobre a antiguidade da ocupação humana, as origens da produção cerâmica e domesticação de plantas na América do Sul indicam que não é mais possível que se continue a focalizar a Amazônia como uma área periférica durante todo o processo de ocupação humana do continente (NEVES, 1999-2000, 2006, 2010).

As evidências da foz do rio Amazonas foram também influentes no desenvolvimento de uma hipótese geral que relacionava fatores ambientais, principalmente o potencial agrícola, a variáveis que fixariam limites à emergência da complexidade social (MEGGERS, 1954, p. 821).

De qualquer forma, de acordo com Neves (2006, pp.34-35), a Amazônia é atualmente considerada como um centro independente de domesticação de plantas (mesmo com o *gap* narrado entre a domesticação e o início da agricultura). Para Neves (2006, p. 40):

É provável que, ao longo desses milênios, entre 6000 e 1000 a.C., a ocupação humana da Amazônia tenha sido realizada por populações com economia mista, baseada em caça, pesca, coleta e em uma agricultura de baixa intensidade. Tais estratégias diversificadas, por certo, mimetizavam a própria biodiversidade da floresta. Assim, embora o processo de domesticação de plantas seja bastante antigo, o surgimento de modos de vida dependentes da agricultura foi muito mais recente, tendo se iniciado há mais ou menos 3 mil anos (NEVES, 2006, p. 40).



Sobre os estudos cerâmicos, é inegável a complexidade desta produção na Amazônia (NEVES, 2010; BARRETO, 2010; BANDEIRA, 2008, 2013; ALMEIDA, 2008). Para Neves (2006, p. 42): “Uma característica notável das ocupações humanas iniciais na Amazônia é a presença precoce da produção cerâmica, com datas que estão entre as mais antigas da América do Sul”.

Cerâmicas muito antigas, as mais pretéritas das Américas, foram evidenciadas por A. Roosevelt no estado do Pará, tanto no sambaqui pluvial de Taperinha, quanto na caverna da Pedra Pintada.

De qualquer forma, as sociedades complexas na Amazônia, de acordo com Neves (2006, p. 49), surgem por volta de 2000 mil anos A.P., sobretudo relacionadas à organização política das sociedades amazônicas do período, sendo: “(...) seu aspecto mais visível é o aumento no tamanho, densidade e duração de ocupações nos sítios arqueológicos” (NEVES, 2006, p.49).

Segundo Barreto (2010, p. 195), as análises de Eduardo Neves sobre seus estudos na Amazônia Central são extremamente significativas, uma vez que parte da hipótese de que as sociedades do período pré-colonial mais tardio eram cíclicas, com período em alternância de centralização e descentralização, em sua letra:

O que parece não ser questionado pelos proponentes destes diferentes cenários é a diversidade cultural que parece surgir, sobretudo no Baixo Amazonas, durante o primeiro milênio da era cristã. Essas culturas, desenvolvidas localmente ou não, são reconhecidas principalmente pelos estilos de cerâmicas e sítios funerários. Além das urnas funerárias, outros objetos como tigelas, pratos, vasos e estatuetas intensamente decorados, assim como alguns raros objetos líticos esculpidos, como os muiraquitãs e os ídolos de pedra, chamam há tempos a atenção dos arqueólogos por sua elaboração técnica e estética (...) Hoje entendemos que houve um crescente investimento na produção de objetos para usos rituais ou cerimoniais, principalmente da cerâmica ritual funerária. Alguns artefatos líticos indicam ainda uma intensa comunicação e circulação de objetos entre estas áreas do Baixo Amazonas e outras que a circundam (BARRETO, 2010, p. 196).

Ao discutir os processos formativos da terra preta na Amazônia, Neves (2006, pp.52-53), afirma que as mais antigas datam do século VII, ou seja, 1400 anos de idade, com exceção da região de Rondônia, onde podem ter surgido há 4 mil anos A.P. São solos com extrema fertilidade, de origem antrópica, que remetem a aldeias sedentárias que tiveram muitos anos,



ou mesmo décadas, de ocupação, sendo vistas como um marcador de mudança na Amazônia Central. Em sua letra:

Com base nessas considerações, o surgimento de sítios com terras pretas no registro arqueológico da Amazônia pode ser visto como um marcador de mudança nas relações sociais e econômicas: as sociedades que os ocuparam eram mais sedentárias, tinham menos mobilidade e talvez fossem mais territoriais que suas antecessoras (NEVES, 2006, p. 54).

Acerca das tecnologias cerâmicas, Neves (2010, p.565), discute a classificação por Tradição e Fases proposta por Hilbert, na década de 1970, destacando a qualidade, sobretudo o que tange as fases Manacapuru (entre os séculos VII e IX), Paredão (século VII ao XI) e Guarita (entre os séculos IX e XVI). E, para o autor, a própria formação das terras pretas mostra grande correlação com as fases cerâmicas propostas por Hilbert (NEVES, 2010, p.567).

Além disso, Neves (2010), destaca que a partir da análise estratigráfica e das fases cerâmicas, pode-se inferir que o ápice demográfico ocorre entre os séculos VII e XII, correspondendo às ocupações das fases Manacapuru e Paredão.

Os estudos sobre vestígios líticos na região amazônica ainda são bem escassos, fato que dificulta uma integração de dados, sem contar que se trata de uma imensa região geoambiental (BUENO, 2010; RODET *et al*, 2010; COSTA, 2009; ALMEIDA, 2008).

Segundo Rodet *et al* (2010), durante muito tempo o estudo da tecnologia lítica nem constava nas pesquisas arqueológicas na região amazônica, na sua letra:

Em primeiro lugar, porque não havia na arqueologia brasileira a tradição de estudar coleções líticas provenientes de sítios ceramistas. Além do que, as orientações teórico-metodológicas do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA, 1965-1970) e do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA, 1977-1981) tiveram como objetivo elaborar uma cronologia cultural para a pré-história brasileira baseado na seriação da cerâmica (RODET *et al*, 2010, p.683).

Para Bueno (2010), recentemente tem se buscado a identificação e compreensão das ocupações antigas amazônicas por meio da análise da tecnologia lítica, sobretudo de sítios datados na transição entre o Pleistoceno – Holoceno. De qualquer forma, mesmo nesse caso, há, segundo o autor, quase uma tirania relacionada à identificação de pontas de projétil como indicadoras da antiguidade desses assentamentos.



Ainda segundo Rodet *et al* (2010), o interesse pelos sítios líticos associados aos caçadores-coletores-pescadores amazônicos se deu a partir de 1980, quando alguns sítios foram evidenciados, o que resultou na maior valorização dos estudos da tecnologia lítica, seja de grupos antigos ou de ceramistas.

Segundo Roosevelt (1998, p.64 apud Rodet *et al*, 2010): “(...) parece possível que tenha existido uma ocupação pré-cerâmica em múltiplos estágios, quanto um estágio de ocupação cerâmica incipiente na Amazônia. Sugere-se uma possível sequência lítica, na qual os complexos de artefatos lascados por percussão precedem uma fase de grandes artefatos lascados por pressão, seguida por outra fase de artefatos lascados por percussão. As pontas aparentemente manifestaram-se ao longo de toda a sequência”.

Costa (2009), em sua tese de doutoramento, faz um histórico de muitas pesquisas na bacia amazônica que focam nos estudos de tecnologia lítica (tanto de caçadores-coletores-pescadores como de ceramistas). Dentre os principais podemos citar:

-
- Os trabalhos de Anna Roosevelt, sobretudo na Caverna Pintada, confluência do rio Amazonas com Tapajós, onde foi identificado um pacote sedimentar de 2m de espessura com nível pré-cerâmico entre 11.200 e 10 mil anos A.P.. Foram coletados 30 mil vestígios líticos, sendo que apenas 24 artefatos.
- UHE Samuel, no rio Jamari, onde Miller identificou três fases pré-cerâmicas: a) Itapipoca entre 10 e 7 mil anos A.P.; b) Pacatuba, entre 6090 e 5210 anos A.P.; c) Massangana, entre 4780 e 2640 anos Ap. Na **fase Itapipoca** foram identificados três sítio a céu aberto, resultando em um conjunto artefactual de 163 elementos, representados por raspadores, percutores, lascas com e sem retoques e núcleos esgotados. Nessa fase as matérias-primas mais utilizadas foram calcedônia, quartzo, basalto e rochas cristalinas. Já na Fase Pacatuba foram identificados quatro sítios a céu aberto, totalizando 619 implementos líticos, representados por raspadores pequenos, percutores, núcleos, lascas, fragmentos de lascas, com dominância de quartzo, calcedônia, basalto e rochas cristalinas. Finalmente na fase Massangana foram identificados 692 líticos em nove sítios ao céu aberto, sendo o conjunto constituído por lâminas lascadas, raspadores pequenos, lasca, núcleo, percutores, bigornas, sobretudo em rochas cristalinas, seguido por quartzo, calcedônia e hematita.



- UHE Balbina, no município de Presidente Figueiredo, onde foi resgatado muito material, porém sem informações.
- Serra dos Carajás, que tem sofrido intervenções desde a década de 1980, sendo o destaque as Grutas do Gavião e Pequiá. No sítio Gruta do Gavião foi datada uma camada pré-cerâmica em 8140 anos A.P., onde foram identificados raspadores e artefatos bipolares em quartzo hialino, citrino e ametista. Foram resgatados cerca de 4000 artefatos líticos.
- LT Boa Vista- Pacaraíma, em Roraima, onde foram identificados 162 sítios nas 330 torres que compunham a linha de transmissão, além de outros 68 nos arredores. As datações ocuparam uma faixa entre 13660 até 1170 anos A.P.

O foco do estudo de Costa (2009), o sítio Dona Stella, na Amazônia central, sendo uma raridade comparada aos demais sítios em arreas amazônicas, sobretudo pelo tipo, variedade e densidade de material lítico evidenciado. As características tecnológicas da indústria, somadas às datações radiocarbônicas, possibilitaram que o autor chegasse a conclusão de ter havido duas ocupações distintas para o sítio arqueológico, indicando que o local fora utilizado por pelo menos 5 mil anos por grupos de caçadores-coletores-pescadores (9460 a 7500 anos AP – 5560 a 4500 anos AP).

A ocupação mais antiga apresentou artefatos formais, mais finamente confeccionados, representados, principalmente por pontas projéteis e raspadores plano-convexos. A ocupação mais recente é marcada pelo uso de fontes de matéria-prima local, representadas pelos arenitos silicificados (Alter do Chão), nem sempre de boa qualidade, o que sugeriu a permanência prolongada dos grupos (os) no sítio arqueológico. Além disso, outro fato importante foi à presença majoritária de detritos de lascamento em arenito silicificado (tanto unipolares quanto bipolares). Mesmo sendo uma indústria majoritariamente expedita, há presença de lascas com trabalho (abatimento) da cornija. Quebra-cocos, pilões, lâminas lascadas obtidas de grande núcleo, também fazem parte do conjunto artefactual.

O sítio Cavalo Branco, estudado por Almeida (2008), obteve várias datações de ocupações pré-ceramistas e Tupi-Guarani. O conjunto artefactual lítico, composto por 3668 peças, foi estudado por Galhardo (segundo o autor), sendo as matérias-primas dominantes o sílex (2003 no total) e o quartzo (1092 vestígios), mais ainda ocorrendo xisto, gnaisses, lateritas, quartzitos e arenitos. Os detritos de lascamento perfazem a maioria das tipologias (fragmentos



de lasca = 1614 vestígios; detritos = 568 vestígios), mas ainda há no conjunto artefactual lascas unipolares (413) , nucleiforme, polidores, núcleos, etc.

Bueno e Pereira (2007), no artigo tratando do Programa Arqueológico da Mineração Serro do Sossego, apresentam os dados do sítio Domingos, em Canaã dos Carajás, PA. Segundo os autores, houve uma grande diversidade no uso da matéria-prima, representado pelo quartzo, quartzito, granito, basalto, corante, óxido de ferro, laterita, arenito silicificado, sílex, entre outros.

Nas análises dos autores (BUENO & PEREIRA, 2007, p. 106), grande parte dos vestígios foi levada ao assentamento em estado bruto e utilizada nesse estado, ou seja, sem qualquer tipo de modificação, na letra dos autores:

Dentre estes, a maioria esteve associada à utilização do fogo, seja em fogueiras associadas ao processamento de alimentos, à produção cerâmica ou em outras atividades nas quais o fogo seria o principal agente. Como mencionamos anteriormente, uma outra utilização do fogo associada a determinados tipos de matéria-prima poderia envolver a fragmentação intencional de grandes blocos com o intuito de obter pequenos fragmentos que seriam posteriormente macerados com o uso de percutor duro a fim de gerar pequenos grãos de diferentes minerais, mas principalmente quartzo, utilizados como antiplástico na produção cerâmica (BUENO & PEREIRA, 2007, p. 106).

Além disso, no sítio Domingos foram identificados vestígios modificados por diferentes técnicas: “(...) lascamento unipolar, lascamento bipolar, polimento, picoteamento ou, em alguns casos, uma combinação destes” autores (BUENO & PEREIRA, 2007, p. 101). Contudo, a apropriação bruta dos vestígios em pedra é predominante nesse sítio, fato que, segundo os autores, apresenta uma característica importante dos materiais líticos no sítio: “organizar, definir e delimitar espaços”.

Apesar de não haver construções de grande porte realizadas com a utilização da pedra, nestes contextos a maioria dos vestígios líticos são procurados e obtidos no entorno imediato do sítio, trazidos para o sítio e utilizados para construção de estruturas de combustão que servem a diferentes propósitos e que, por conseguinte, têm diferentes composições. Além disso, esses mesmos vestígios podem ser utilizados como uma espécie de mobília no desempenho de outras tarefas, que não causam nenhum tipo de alteração química ou física identificável no registro arqueológico. De qualquer maneira, esse tipo de atividade compõe aquilo que



podemos denominar de Economia de Matéria- Prima, o que envolve o conjunto das estratégias utilizadas para obter, gerir e utilizar um tipo de recurso específico – matéria-prima lítica. Neste sentido, ao invés de simplesmente descartar tanto no próprio sítio quanto em laboratório os vestígios brutos, é importante atentar para aspectos como matéria-prima, dimensões, grau de preservação, presença/ intensidade de alterações de superfície, tipo de suporte e, principalmente, localização (BUENO & PEREIRA, 2007, p. 124).

No sítio Vinhas Velho, São Luís, Maranhão, os estudos do material lítico foram empreendidos por Fagundes e equipe (2013), que evidenciaram nos 36 vestígios de origem antrópica, cinco tipos de matéria-prima associados à tecnologia lítica, sendo o granito associado ao polimento (sobretudo na produção de lâminas de machado polidas), enquanto o sílexito e arenito silicificado foram às de maior representatividade entre os materiais lascados, sendo o sílexito representando em 42% do conjunto artefactual.

Nos produtos de debitage, as lascas têm maior expressão, 19 no total, sendo 15 estilhas e 15 lascas brutas. De modo geral, o polimento parece ter sido a técnica mais recorrente, sendo o lascamento executado para a produção de artefatos não-formais, para uso imediato (FAGUNDES *et al*, 2013).

CONTEXTO HISTORICO E CULTURAL DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO EMPREENDIMENTO:

3.1.2. Histórico de Ocupação

A partir do mapeamento das comunidades, o segundo passo foi buscar informações bibliográficas que pudessem dar conta do traçado da ocupação do sul do Amazonas, haja vista que o histórico oficial de ocupação data aproximadamente 321 anos.

O levantamento bibliográfico foi a opção mais segura a escolher neste levantamento preliminar, ainda assim, buscou-se por meio da história oral pistas acerca deste histórico e pudemos observar ao longo das entrevistas que empreendemos junto às próprias comunidades que se trata, a princípio, de um mosaico cultural formado por uma diversidade de povos, misturas e troca de saberes e fazeres.



Neste sentido, para se entender o histórico de ocupação é importante trabalhar no mesmo estatuto a contribuição das culturas indígenas, as migrações do sul especialmente no estado de Santa Catarina, e devido a proximidade no estado de Rondônia, com a cultura ribeirinha, além, é claro, da cultura militar que é de grande influência na região.

Para fortalecer a discussão, utilizou-se como referencial teórico a noção de fricção interétnica elaborada por Roberto Cardoso de Oliveira (1962) como pedra de toque para entender como este mosaico cultural se constituiu.

Assim, segundo Oliveira (1962) o fenômeno da fricção interétnica refere ao “atrito” causado pelo encontro entre grupos tribais e sociedade nacional caracterizados por aspectos competitivos e conflituosos gerados pelas relações de produção impostas pelas frentes de expansão no caso da Amazônia as expansões extrativistas. Basicamente a situação de fricção interétnica resulta na apropriação de práticas culturais que passam de uma sociedade para outra e que são construídas a partir das relações sociais que se estabelecem entre “duas populações dialeticamente “unificadas” através de interesses inteiramente opostos, ainda que interdependentes, por mais paradoxal que pareça” (OLIVEIRA, 1962, pp.85-86), irradiando mudanças na economia e na organização social.

Assim, é a interação, segundo a teoria, que determina os resultados observados, em relação à difusão, transmissão e assimilação do “patrimônio cultural”.⁷



3.1.3. Caracterização geográfica e histórico cultural dos municípios interceptados pela rodovia no trecho em licenciamento (beruri, borba, tapauá, canatuma, manicoré e humaitá).

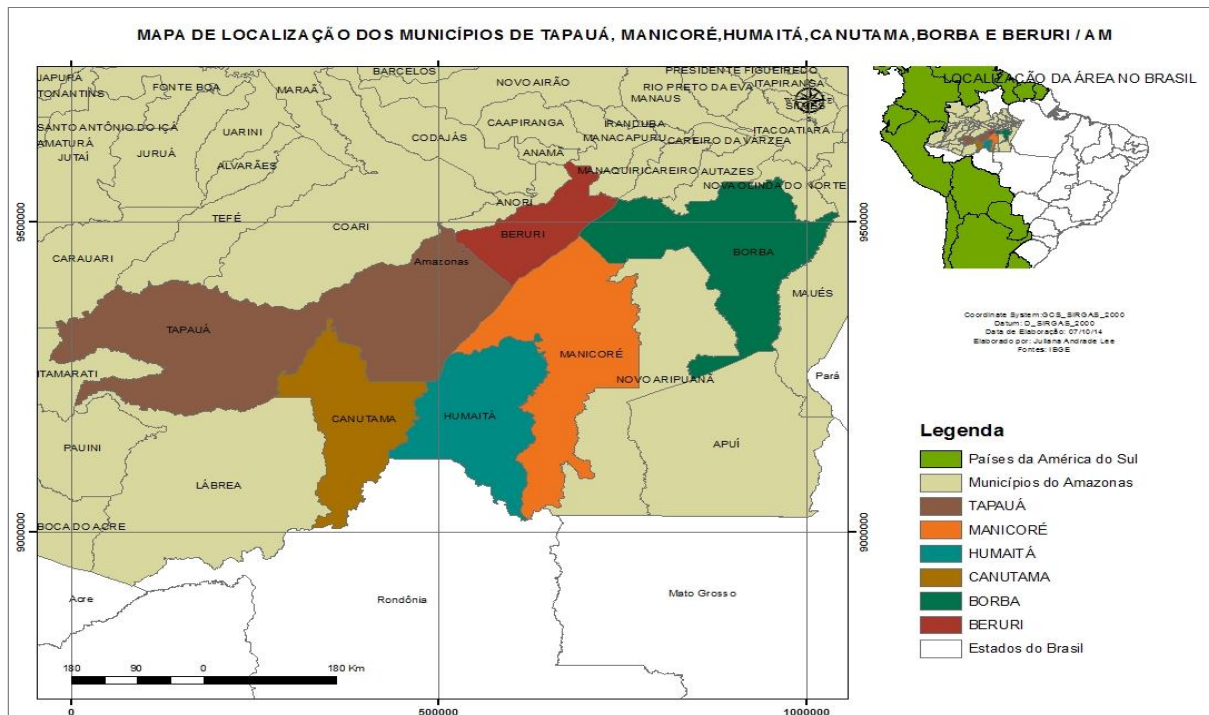


Figura 2 Localização dos municípios da área de influência.

3.2.2.1 Municípios de Beruri:

Beruri município amazonense está localizado na **mesorregião** Centro Amazonense e na **Microrregião de Coari**. O acesso ao município se dá por via fluvial, sendo a distância entre Beruri e a capital é de 135 milhas. A estimativa populacional para 2014 é de 17.755 habitantes, e sua unidade territorial é de 17.250,721 km².

A cidade Beruri faz limites com os municípios de Manaquiri, Borba, Manicoré, Tapauá, Anori, Anamã e Manacapuru.

Segundo informações disponíveis no *site* do IBGE¹ a história de Beruri está vinculada ao município de Manacapuru, cujas origens retornam a 1786, quando foi fundada a atual cidade

¹ <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130063&search=amazonas|beruri>



deste nome numa preexistente aldeia de índios Muras. Em 1894, dá-se o desmembramento de Manaus, passando Manacapuru a constituir município autônomo.

Em 1939, Manacapuru perde parte de seu território para Manaus, ficando integrado por 03 distritos: Manacapuru, Caapiranga e Beruri.

Quarenta e três anos depois, pela Emenda Constitucional nº 12, o Distrito de Beruri, acrescido de território adjacente, até então pertencente a Borba, passa a constituir o novo Município de Beruri.

3.2.2.2 Município Borba

Borba é um município estado do Amazonas, pertencente à mesorregião do Sul Amazonense e microrregião do Madeira, localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando destes cerca de 208 quilômetros. Estabelece limites ao norte com o município de Autazes, ao sul com Nova Olinda do Norte Manicoré e Novo Aripuanã leste e oeste com os municípios de Maués e Tapauá. Sua população estimada para 2014 é de 38.688 habitantes e sua área é de 44.251,745 km².

A flora e a fauna constituem importantes riquezas do município, especialmente a flora, cuja exploração é a principal fonte de sua receita, destacando pelo seu valor econômico a castanha-do-pará e a seringueira, além do pau-rosa e a copaíba.

A fauna é também de grande importância. Nessa sobressai animais silvestres como: queixadas, veados, caititus, além dos aquáticos com várias espécies de peixes. Há ainda, minérios no município como: ferro, manganês, mica, ouro e mercúrio

Segundo informações disponíveis no *site*² do IBGE, Borba foi à primeira vila criada em território amazonense, originou-se da Aldeia do Trocano, e foi fundada em 1728, ou pouco mais tarde, pelo Frei João Sampaio, da Companhia de Jesus.

De acordo com o *site*³ da Prefeitura do município de Borba - AM, em meados do século XVIII, o frei e missionário João Sampaio subiu o rio Madeira catequizando índios, erigindo casas, igrejas e formando núcleos de povoados. E desse modo, fundou a Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras entre o Rio Jamari e a primeira Cachoeira do Madeira.

²<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130080&search=||infor%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>.

³ <http://www.prefeituradeborba.am.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=10011301>



Os superiores do Pará entendiam esta Aldeia era longe e exposta aos ataques dos índios, e assim ordenaram que se mudasse para mais perto da sede da capitania, e se estabeleceram no lugar denominado Trocano. Com a mudança, não se viram, porém livres dos ataques por parte dos índios que algumas vezes investiram contra a aldeia, e para cautela, os missionários elevavam casas entrincheiradas, para nelas se defenderem de alguma invasão.

A Aldeia de Trocano, que era então a mais alta povoação do Rio madeira, teve apenas 14 ou 15 anos de vida Jesuítica.

3.2.2.3 Município Canutama

Localizado no sul do estado do Amazonas e distante a 620 km da capital Manaus, o município de Canutama compõe a microregião do Purus e estabelece limite com os municípios Humaitá, Lábrea, Tapauá e do Estado de Rondônia. Com a estimativa populacional para 2014 é de 14.944⁴, sua área é de 29.819,714 km².

Inicialmente chamado de Colônia de Bela Vista, Canutama foi fundada por volta de 1874 por Manuel Urbano da Encarnação, embora muitos nomes, como o de João Cametá, William Clandles, Serafim Salgado e Frei Pedro Coriana também estejam correlacionados.

Segundo informações encontradas no *site* do IBGE⁵, no ano de 1879 a Lei Provincial nº 436 transforma o povoado em freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré.

Em 1891, o povoado é elevado à categoria de vila, com o nome de Nossa Senhora de Nazaré de Bela Vista. Em 1896, seu território é desmembrado do município de Lábrea e é criado o atual município de Canutama.

O povoamento e desenvolvimento do município de Canutama confundem-se com o início das explorações e expedições no Rio Purus. Este um dos grandes afluentes do Rio Amazonas, começou a ser explorado no início da segunda metade do século XIX, tendo como pioneiros alguns coletores de drogas do sertão, muitos deles nordestinos.

⁴<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130090&search=amazonas|canutama>

⁵ <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/canutama.pdf>



3.2.2.4 Municípios de Manicoré

Localizada nas margens do rio Madeira, a cidade de Manicoré possui uma posição estratégica entre Manaus e Porto Velho, estando distante da mesma cerca de 320 km em linha reta e estabelece limite com os municípios de Novo Aripuanã, Apuí, Humaitá, Tapauá, Beruri e Borba, além dos estados do Mato Grosso e Rondônia.

Com a estimativa populacional de 52.200 habitantes, sua área é de 48.282,664 km² (<http://www.cidades.ibge.gov.br/>)². Manicoré ocupa a 11^a posição no ranking de maior área territorial dos municípios do Amazonas. Sua área representa (3,09%) do Estado, (1,25%) da região Norte e (0,56 %) de todo território Brasileiro.

A história de Manicoré se inicia no ano de 1637 com a expedição de Pedro Teixeira, no entanto, apenas 240 anos depois Manicoré tornou-se sede da Comarca do Rio Madeira, onde foi elevada a categoria de vila em 04 de junho de 1877, pela Lei n°. 362. Passados 19 anos, em 04 de maio de 1896, pela Lei n°. 137, Manicoré recebeu foros de Cidade. O nome do município derivou-se do Rio Manicoré, no Madeira, que possui imensa importância para a cidade.

Segundo o Portal Rio Madeira⁶ o município possui uma diversidade de atividades culturais, destacando a Festa da melancia, os forrós de rua, que transformam as vias de cidade em verdadeiros celeiros dançantes, o festival das quadrilhas e a Festa do açaí realizada no estirão (comunidade rural do município).

3.2.2.5 Municípios de Tapauá

Tapauá é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, região Norte do país, pertencente à mesorregião do Sul Amazonense e microrregião do Purus. A cidade localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando desta cerca de 565 quilômetros.

Segundo informações disponíveis no site do IBGE⁷, a população estimada em 2014 é de 18.266 habitantes, e sua área territorial é de 89.325,192 km². Pelo município passa o rio Tapauá, rio Ipixuna e o maior e principal: rio Purus. Perfazendo os seguintes limites:

- Município de Anori

⁶<http://portalriomadeira.webnode.com.br/manicore/>

⁷ <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130410&search=|inforgr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>



- Município de Beruri
- Município de Manicoré
- Município de Humaitá
- Município de Canutama
- Município de Lábrea
- Município de Itamarati
- Município de Carauari
- Município de Tefé
- Município de Coari.

De acordo com informações contidas no site do IBGE⁸, em 1950, toda esta extensão territorial que compreende o Município de Tapauá pertencia ao Município de Canutama. O local onde hoje se desenvolve a sede municipal foi, originalmente, chamado de Boca do Ipixuna em razão da sua localização na confluência dos rios Ipixuna e Purus. Esta localidade, durante a época de pesca nos lagos da redondeza, era usada, nos lugares à beira rio, como feitoria para pescadores.

Na zona do rio Purus, o povoamento civilizado iniciou muito mais tarde que em outras zonas do Amazonas. Em 1852, a serviço do governo da Província, subiu o rio Purus uma expedição confiada ao prático Serafim Salgado.

Em 1861 outra expedição também navegou pelas águas do caudaloso rio, esta confiada a Manuel Urbano da Encarnação, perito em coisas de sua terra, cujos segredos sabia desvendar dos indígenas.

O primeiro núcleo de povoamento organizado na zona do rio Purus foi, provavelmente, a Missão de São Luiz Gonzaga, fundada em 1854, por Frei Pedro Ceriano, com índios Muras, Cauinícis, Mamuris, jamadis, Purupurus, etc.

Em 1871, começaram a chegar os nordestinos, na terra-firme do Amaciari, hoje Lábrea, naquele ano trazidos pelo Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre.

⁸<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=130410&search=amazonas|tapaua|infograficos:-historico>.



Em 1878, o Comendador João Gabriel de Carvalho, com vários companheiros, desembarcou em terras do atual município de Boca do Acre, iniciando-se o povoamento dos afluentes do rio Purus.

3.2.2.6 Municípios de Humaitá

Localizado no sudoeste do estado do Amazonas e distante a 590km da capital Manaus, o município de Humaitá compõe a microregião do Madeira e estabelece limite com os municípios de Manicoré ao norte, leste e oeste; Porto Velho, capital de Rondônia ao sul; e Tapauá e Canutama ao oeste.

Sua estimativa populacional de 45.954 habitantes e sua área é de 33.071.79 km², superior à do estado de Alagoas, da qual fazem parte um rio federal (Rio Madeira) e uma unidade de conservação federal (Floresta Nacional de Humaitá - FLONA) destinada ao manejo de uso múltiplo e de forma sustentável dos recursos naturais renováveis.

O Rio Madeira, um dos maiores da Bacia Amazônica, foi fundamental para a instalação do Município de Humaitá, conhecido como a “Princesinha do Madeira” e, ainda hoje, influi na vida dos ribeirinhos, além de ser um importante meio de transporte na região.

A hidrovia do Madeira é atualmente uma das mais importantes do país – por ela passam as balsas que dão escoamento à produção de grãos do Centro Oeste brasileiro e de Rondônia. De barco, em três dias se chega a Manaus e em um dia a Porto Velho. Fazem também parte da hidrografia os rios: Marmelo, Maicí, Machado e Ipixuna, além dos Igarapés Caxiri, Behém, Banheiro, Pupunha, Puruzinho, e os Lagos: Pupunha, Paraíso, Uruapiara, dos Reis, do Antônio, do Acará, dentre outros.

Humaitá remonta suas origens ao ano de 1693, com a fundação da Missão de São Francisco pelos jesuítas no rio Preto, afluente do rio Madeira, que posteriormente se deslocaram para o Pasto Grande, no Rio Preto. Existem duas versões da origem do nome uma indígena e outra oficial.

Na versão indígena, a palavra “Humaitá”, é de origem tupi-guarani cujo significado é: Hu = negro, ma = agora, itá = pedra – “a pedra agora é negra” (THOMPSON, 1978, p.181).

Ainda na versão indígena, para os Parintintin, mu`tá significa “Pau atravessado”, pois era comum os antigos irem ao Porto da Anta, que fica atrás do primeiro mercado municipal onde existia um buraco, para fazer armadilhas e pegar caça e pescar, oportunidade em que



avistavam as toras de madeira descendo rio abaixo, os brasileiros ouviram a palavra mu`tá e a escreveram Humaitá (CORREA, 2002).

Na história oficial, o fundador do Município, o comerciante português José Francisco Monteiro, deu este nome devido a uma das batalhas que o Brasil travou contra o Paraguai no Forte Humaitá na Guerra da Tríplice Aliança entre 1864-1870, e o nome Humaitá homenageia a vitória de Dom Pedro II no citado forte (CORREA, 2002, p.13).

O português José Francisco Monteiro saiu do Maranhão e chegou em 1869 à região em busca de riquezas, mas por conta dos constantes ataques dos índios, a sede da Freguesia foi transferida em 1888 para o lugar onde hoje está a sede do município, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Belém de Humaitá. A transferência ocorreu por força da Lei nº 790/1888 e a transição foi feita pelo comendador. O município foi criado pelo Decreto nº 31, de 4 de fevereiro de 1890, tendo sua área territorial desmembrada do município vizinho de Manicoré. Em outubro de 1894, no auge do Ciclo da Borracha, Humaitá é elevada à categoria de cidade.

O histórico de ocupação tem relação direta com os dois ciclos da borracha cujo auge foi entre 1879-1912 e o segundo ciclo entre 1942-1945. Os ciclos da borracha foram responsáveis por atrair várias migrações especialmente do nordeste do país em busca de riquezas, e trouxe grandes transformações culturais e sociais além de contribuir para a constituição das cidades de Manaus, Porto Velho e Belém. Os nordestinos que migravam para trabalhar na borracha eram denominados soldados da borracha.



Figura 3 Foto da praça principal da cidade no início dos anos sessenta. Fonte: Almeida (p.01, 2005).



Figura 4 Foto histórica da Intendência Municipal, antigo prédio da Prefeitura Municipal. Fonte: Almeida (p.27, 2005).



Figura 5 Foto da Catedral Nossa Senhora da Conceição na década de setenta. Fonte: Almeida (p.37, 2005).



Figura 6 Fotografia do “Castelo” na Av. Guzmão, construído em 1908, fotografia da década de setenta. Fonte: Almeida (p.71, 2005).

Após 1945 a cultura da borracha, não apresentando mais rentabilidade, resulta no deslocamento dos nordestinos para Rondônia, causando um esvaziamento populacional permanecendo assim até a década de 1970 quando se intensifica novamente as migrações para a região de Humaitá, em função dos projetos de colonização e das políticas desenvolvimentistas implementadas pelo governo militar, tais como a construção da rodovia Transamazônica BR-230 e da BR-319.

Já nesta fase econômica desenvolvimentista, várias famílias do sul - paranaenses e catarinenses migraram para a região, além de uma menor quantidade de paulistas e gaúchos incentivados pelos programas de colonização do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A ocupação dos sulistas a partir de Humaitá se deu pela via terrestre (rodovia) do sul para o norte sentido Manaus, enquanto que a ocupação nordestina se deu pela direção oposta em via fluvial sentido Humaitá - Porto Velho

Tamanha intensidade da ocupação levou a região sudoeste do Estado do Amazonas a maior demanda por regularização fundiária do Estado e uma das prioritárias na atuação do Programa



Terra Legal Amazônia, tal montante por regularização é um conhecido resultado da abertura das rodovias BR-230 e BR-319.

Para dados históricos de ocupação, o município de Humaitá possui 08 (oito) terras indígenas com demarcação homologada. Importante frisar que as aldeias indígenas de que vamos descrever passam distante da BR-319 e estão localizadas no eixo da BR-230 e fora do buffer de 40 km da BR-319.

Alguns dos dados apresentados abaixo sobre os indígenas presentes no município de Humaitá foram retirados do site do Instituto Socioambiental – ISA, do *site* do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, e da FUNAI, e procurou-se um tratamento destes dados no sentido de descrever o que estivesse mais próximo da realidade observada in loco durante o trabalho de campo, assim, o objetivo de descrever cada uma das ocupações humanas no território de Humaitá caminha no sentido de apontar o que cada cultura em específico contribuiu para a construção da cultura local.

Assim, além dos indígenas, no território de Humaitá, pode-se apontar forte a ocupação militar responsável por boa parte da formação de vilarejos e constituição de elementos próprios das cidades tais como hospitais, comércio, bancos etc., cujo material referente foi selecionado dos sites oficiais do exército brasileiro e recebeu tratamento literário para que se adequasse a proposta de trabalho deste relatório.

3.3.3. Cultura Indígena

Segundo o Termo de Referência 03/2013 as comunidades indígenas identificadas neste levantamento deverão ser consideradas pela FUNAI que deverá se manifestar conforme o Termo de Referência do anexo III-B da Portaria Interministerial, nº 419, de 26 de outubro de 2011.

Por não se possuir autorização do órgão competente para adentrarmos em território indígena, os dados aqui apresentados são oriundos de fontes secundárias, apresentados no intuito de se fornecer um primeiro panorama sociocultural relacionados a esses povos.

Sendo assim, salienta-se a relevância de um Estudo de Componente Indígena para que seja dimensionado os impactos desse empreendimento no território desses povos.



É conhecido que os primeiros habitantes da região foram os indígenas, cuja localização se deu entre os rios Maici e Marmelo e Rio Madeira. Atualmente, nos limites do município de Humaitá vivem 6 (seis) etnias. Durante os anos de colonização, militares, religiosos e exploradores já utilizavam a mão de obra indígena na coleta da andiroba, copaíba e da castanha e posteriormente estes indígenas, em específico os Tenharim, continuaram a ser mão de obra na construção das BR-230 e da BR-319.

| | | | |
|-----------------------------|--------------|------------------|--------------|
| Diahuí | Paritintins | Humaitá | 47.354,6030 |
| Ipixuna | Paritintins | Humaitá | 215.632,0000 |
| 9 de Janeiro | Paritintins | Humaitá | 228.777,0999 |
| Pirahã | Pirahã/Mura | Humaitá | 346.910,5673 |
| Sepoti | Tenharim | Humaitá/Manicoré | 251.348,9835 |
| Tenharim Marmelos | Tenharim | Humaitá/Manicoré | 497.521,7497 |
| Tenharim Marmelos (Gleba B) | Tenharim | Humaitá/Manicoré | 474.741,6023 |
| Torá | Apurinã/Torá | Humaitá/Manicoré | 54.960,9850 |
| | | | |

Tabela 1 Tabela sítios

Tabela construída após pesquisa no sitio da Funai fonte : www.funai.gov.br

Sobre as etnias, podemos dizer que os Torá por volta de 1785 apresentaram focos de resistência à chegada dos colonizadores, sendo exterminados principalmente por militares vindos de Belém.

Segundo o *site* do Instituto Socioambiental – ISA, atualmente, os Torá habitam a foz do rio Marmelos e possuem uma população de aproximadamente 312 indivíduos⁹ (FUNASA, 2006) e são falantes do português, já que sua língua, da família Txapakura, jamais foi estudada.

A castanha, além de principal atividade econômica dos Torá, aciona uma curiosa relação social com os regionais denominada *patrões*, pois é pelo cultivo e coleta da castanha que as relações de comércio e compadrio entre indígenas e não indígenas se estabelecem.

⁹ Disponível em <http://piib.socioambiental.org/pt/povo/tora>



As relações de compadrio são um tipo de parentesco religioso em que os adultos estreitam os vínculos por meio dos filhos (CANDIDO, 1971), no sentido de estabelecer alianças duradouras, assim, o compadrio é um sistema de aliança característico das comunidades tradicionais e rurais (WILLEMS, 1948).

Atualmente os Torá vivem às margens do rio Marmelos e Madeira e são reconhecidos como indígenas sedentários que vivem da agricultura e trabalham como atravessadores da cultura da castanha para os locais.

Os **indígenas Tenharim** se autodenominam Kagwahiva e estão estimados em 702 indivíduos¹⁰ (FUNASA, 2010), divididos em três grupos geograficamente distintos um no rio Sepoti, outro no rio Marmelos e por último o do Igarapé Preto. Todos ocupam o eixo conhecido pela antropologia como Tapajos-Madeira.

Os Tenharim do rio Marmelos localizam-se à margem do rio Marmelos e tem sua aldeia dividida pela rodovia Transamazônica BR-230 fator que evidencia na proximidade destes com a sociedade não-indígena local.

Os Tenharim do Igarapé Preto são apontados como a ocupação mais antiga Tenharim, ocupando uma área no cerrado e devido à intensa proximidade com mineiros perderam boa parte de suas tradições.

A partir dos anos de 1940 os Tenharim do Igarapé Preto foram trabalhar no seringal, tendo inúmeros padrões – a semelhança do que ocorreu com os Torá. Já nos anos de 1960 houve intensa ação mineradora na região fazendo com que os indígenas estabelecessem uma estreita relação com os garimpeiros.

Os Tenharim Sepoti representam o menor aglomerado Tenharim dos três grupos supracitados, apresentando uma economia de escambo trocando produtos naturais por produtos industrializados com os que transitam pelo rio Marmelos e estabelecem uma relação próxima com os Tenharim do rio Marmelos realizando casamentos e participando ativamente da vida social e das festas tradicionais destes. Atualmente apenas o grupo que ocupa o rio marmelos é falante da língua tupi-guarani, os demais grupos perderam suas origens linguísticas em função da proximidade com a sociedade local e estão em um processo de recuperação da língua nativa.

¹⁰ Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tenharim>



Os **Parintintin** autodenominados Diahói ocupavam a área do Tapajós e foram pacificados no início da década de 1920 por uma missão liderada por Curt Nimuendaju.

Ao longo da sua história, os Parintintin se caracterizaram com um povo guerreiro que foi levado da região do rio Tapajós para o rio Madeira pelos Mundukuru, uma vez estabelecidos no rio Madeira, travaram relações belicosas com os seringueiros da região. Uma característica dos Parintintin, além da guerra é a forte religiosidade marcada pela cura com plantas, tabus alimentares e principalmente pelos sonhos, estes estreitamente relacionados ao xamanismo. Somam 418¹¹ (Funasa, 2010) indígenas que vivem em duas T.I. denominadas Ipixuna e Diahói.

Os **Mura** representam o maior contingente indígena do município de Humaitá são 15.713¹² (FUNASA, 2010) desde o século XVII são descritos como um povo das águas, exímios navegantes, nômades e conhecedores da cartografia local.

O histórico de contato dos Mura é antigo e sofreram muitas perdas demográficas e culturais em seus intercâmbios com brancos, negros e outras etnias indígenas, como por exemplo, no município de Humaitá, os Mura dividem uma Terra Indígena com os Pirahã.

Devido ao contato que este grupo sofreu ao longo dos séculos, os Mura se auto reconhecem como caboclos este termo (geralmente pejorativo para os regionais que serve para caracterizar índios impuros, misturados e aculturados) é utilizado pelos Mura como uma intenção de ser um povo diferenciado e legítimo marcado pela origem indígena e pela incorporação dos nordestinos, peruanos e não-índios.

Atualmente o português é sua língua utilizada e devido a complexidade de sua história, frequentemente a sociedade regional questiona se os Mura seriam mesmo indígenas. Além disso, devido à ausência de religião, agricultura, aldeias e cultura material, os Mura possuem um padrão minimalista que encontra na descartabilidade o principal elemento de filosofia de vida.

Os **Apurinã** encontram-se dispersos entre os estados de Mato Grosso, Amazonas e Rondônia. Trata-se de um grupo nômade que ocupa grandes extensões territoriais.

¹¹ Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/parintintin>

¹² Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/mura>



Sua história é fortemente marcada pela violência, principalmente durante os dois ciclos da borracha onde desenvolviam atividades extrativistas junto aos seringais como trabalhadores semiescravos.

No município de Humaitá dividem a T.I com os Torá e realizam sessões xamânicas, rituais e festas, estas últimas incluem o convite para muitas aldeias com cantorias, farta comida e bebida de macaxeira.

São um povo religioso e os sonhos tem uma relevância especial para os praticantes do xamanismo, pois é através dele que os pajés trabalham em conjunto com seus animais sagrados. Outra característica dos Apirunã é a importância que tem as pedras para este povo, pois é com elas que o pajé se inicia e é por meio delas que ele cura ou permite causar doenças e matar.

Por fim, a cultura material Apurinã é bem desenvolvida: as mulheres fazem vassouras, balaios e cestarias que são vendidos. Além destes, artefatos de cerâmica são feitos de barro misturados com cinzas da queima de caripé que evita que o vasilhame rache. Também são confeccionados os barcos com a casca de jutaí, comercializados com as populações regionais.

Os **Pirahã** ocupam uma terra cortada pelos rios Marmelos e Maici compartilhada com os Mura a 90 km de Humaitá.

Nimuendaju mediante observação dos costumes, cultura material, organização social sugeriu que os Pirahã são descendentes dos Mura. É conhecido que os Pirahã comunicam-se em sua língua e entendem o português, entretanto, uma curiosidade comunicativa deste grupo (presente principalmente durante as caçadas) é a capacidade de proferir palavras e frases por meio do assobio.

O final da década de 1960 e início da década de 1970 foi período marcado pela extração da castanha e conseqüentemente de conflito com os brancos, estes, com o declínio da borracha, saíram em busca da castanha para comercialização e estabeleceram focos de conflito com os Pirahã.

Importante dizer que embora o contato com os não-índios ainda seja constante em suas terras, os Pirahã mantiveram sua cultura tradicional e seu próprio estilo de vida, inclusive um calendário que é capaz de organizar os espaços sociais e a vida da aldeia. Assim, o cotidiano Pirahã se organiza em função de pares opostos, conforme quadro abaixo, reproduzido a partir do *site* do ISA:



| | |
|---------------|----------------|
| Seca | Chuva |
| Praia | Terra alta |
| Casa familiar | Casa coletiva |
| Concentração | Dispersão |
| Abundância | Escassez |
| Vida ritual | Vida cotidiana |
| | |

Tabela 2 : Organização de pares opostos do povo Pirahã

Fonte : <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/piraha/807>

Ao se observar as informações compiladas e tratadas ao longo do texto, percebe-se como a cultura indígena exerceu influencia na cultura local, seja na instituição do compadrio, na religiosidade e principalmente na filosofia de ausência tão fortemente verificada na etnia Mura.

3.3.4. Cultura Militar

A presença do exército na Amazônia data o início do século XVII e apresenta-se como um importante vetor de colonização, pois ao longo de sua atuação foram criadas várias unidades as quais representam relevantes polos de crescimento populacional, originando núcleos habitacionais, preenchendo alguns vazios demográficos característicos da região norte brasileira.

Segundo dados oficiais divulgados pelo exército brasileiro, atualmente, cerca de 25 mil militares servem na região amazônica, cooperando com as comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas locais, no sentido de promover principalmente o acesso à saúde ao disponibilizar o atendimento médico nos hospitais militares.

No município de Humaitá, a presença militar é bastante evidente durante o dia cruzam-se várias vezes com homens fardados nas imediações dos prédios oficiais do exército ou mesmo no entorno das vilas militares.

Tradicionalmente, os militares se estabelecem na região central do município de Humaitá e contam com locais próprios para habitação, reuniões, festas e lazer, de forma que dificilmente



se veem misturados com os não-militares, mas ainda que se apresente como um grupo mais ou menos fechado em si, verificamos no cotidiano algumas formas particulares da cultura militar reverberando nas comunidades locais.

Contudo, é importante citar que não existe uma cultura militar única haja vista que existe uma capilaridade entre Exército, Marinha e Aeronáutica, onde cada segmento evidencia determinados valores que os outros podem ou não evidenciar, assim, no caso do Exército, a cultura militar está relacionada com a particularidade da profissão militar e com seus valores, através da Disciplina, Espírito de Corpo e de Sacrifício ou da Coragem (GRILO, 2003, p. 9), é o compartilhamento destes valores que promove a coesão do grupo militar.

De forma semelhante, verificamos que, mais do que uma coincidência, a sociedade local e as comunidades incorporaram um *ethos* militar principalmente no que diz respeito ao compartilhamento de valores tais como a lealdade, obediência, disciplina, coragem e honra, de forma que este compartilhamento promove a coesão horizontal do grupo como um compromisso de todos os membros do grupo para com o próprio grupo e para com as suas tarefas cotidianas acentuando a confiança entre os membros da comunidade.

3.3.5 Migrações do Sul e Nordeste

As migrações para a região sul do Amazonas estão intimamente ligadas a dois fenômenos ocorridos na região:

- O primeiro deles foi a política de integração do norte do Brasil iniciada pelos governos militares, com a construção de grandes obras, tais como a BR-230, Rodovia Transamazônica, cuja mão de obra nordestina foi viabilizada pela seca que ocorreu entre 1969-70.
- A criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em 1970 que foi o órgão responsável pela colonização das áreas do norte do país, assim, governo federal incentivava a ocupação de terras promissoras no norte e, devido ao conflito fundiário existente na região sul do país o governo preferiu “ocupar a Amazônia com agricultores do sul, que tivessem vocação para a agricultura” (BARROZO, 2008, p. 21).



Ademais deve-se abrir um parêntese para explicar o padrão cultural de comportamento do migrante sulista que favoreceu este deslocamento do sul para o norte.

Sabe-se que a população do sul é majoritariamente descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, holandeses que vieram ao Brasil em busca de melhores condições de vida que as oferecidas pelos seus países de origem, assim, criou-se uma população com o padrão cultural desbravador, expansionista, agropastoril, motivo pelo qual a migração sulista para o norte e centro-oeste ocorreu de forma tranquila e sem forte dependência governamental.

3.3.6 Cultura Ribeirinha

Conhecidos como “povo das águas”, os ribeirinhos estabelecem uma relação de simbiose com os recursos hídricos da região, sejam eles rios, lagos, igarapés e são exímios navegadores e construtores de casas de madeira e canoas. Praticam a agricultura de subsistência e não raro atravessam os rios em busca de trocas comerciais, neste sentido, é comum ver os ribeirinhos em pequenas embarcações oferecendo produtos naturais em troca de óleo, combustível, sal, açúcar, etc.

Ao se abordar a cultura ribeirinha é importante considerar a singularidade do contexto amazônico e o impacto causado pelas transformações ocorridas na expansão econômica dos ciclos da borracha, bem como pelos processos desenvolvimentistas promovidos pelo governo militar, além de analisar historicamente a formação populacional do entorno, tais como indígenas, portugueses, migrantes nordestinos e sulistas, pois foi este mosaico cultural que consolidou a cultura ribeirinha que é considerada tradicional na teoria antropológica, e neste estudo.

Correa aponta o sentido pejorativo que a expressão ‘caboclos’ tem para os munícipes de Humaitá, provavelmente em função de os indígenas Mura se autodeclararem “caboclos legítimos”, haja vista que existe uma forte tensão entre indígenas e não-indígenas na região que culminou recentemente em um conflito dos cidadãos de Humaitá com os Tenharim.

Assim, os ribeirinhos são caracterizados como um grupo tradicional, regido por valores e comportamentos comunitários, que fixou residência à margem dos rios e que tem no seu



hábitat, especificamente nos rios que entrecruzam seu território, a razão da significação, percepção e reprodução social e simbólica do grupo.



4. LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

Atualmente o IPHAN reconhece legalmente a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Os livros de tomo para os bens patrimoniais tangíveis estão divididos em quatro categorias:

- Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico;
- Livro histórico;
- Livro das belas artes;
- Livro das artes aplicadas.

Em relação ao patrimônio intangível os livros de registro também estão divididos em quatro categorias:

- Livro do registro dos saberes;
- Livro do registro das celebrações;
- Livro de registro das formas de expressão
- Livro de registro dos lugares.

Após o Decreto nº. 3.551, de 04/08/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) – consolidando o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR), a própria noção de patrimônio começa a ser transformada e tensionada.

Para Lima Filho (2009), com esse decreto cria-se novos espaços para a reinvenção de outras formas de registros de saberes. Nesse sentido, as visualidades e as paisagens estão mais próximas da imaterialidade do patrimônio, tornando-se também formas essenciais de interpretação e de produção de conhecimento perante as manifestações culturais intangíveis.



Dessa forma, utilizaremos como estratégia para a apresentação dos dados levantados referentes ao patrimônio cultural da área de estudo as mesmas categorias elaboradas pelo IPHAN.

BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL DA ÁREA DE ESTUDO

Patrimônio Imaterial foi definido pela UNESCO em 17 de outubro de 2003 como:

(...) as práticas, as representações e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos, e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural (...) que se transmite de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Assim, o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e o fundamento da vida comunitária, pois carrega em si a história, os valores e as formas de pensar que são transmitidos pelas tradições orais em diversas manifestações culturais.

Foram identificadas diversas celebrações, formas de expressão, saberes e fazeres e lugares na área de Influência Direta (AID) do empreendimento. Realizou-se como estratégia metodológica entrevistas em profundidade com atores sociais e políticos dos municípios e comunidades da área de estudo.

Tendo em vista levantar o maior número possível de dados referentes ao patrimônio cultural desta área, entrevistamos também em Humaitá o atual Secretário de Cultura Ronald Nogueira, que situou a equipe em relação ao calendário festivo da cidade.

Celebrações religiosas e festas relacionadas com a agropecuária parecem ser recorrentes região. Como exemplos desse contexto tem-se a *Festa de Nossa Senhora da Conceição*, a *Expo Uma* e a *Mangaba Fest*.

Segundo Ronald Nogueira, a **Expo Uma** é uma feira de exposição de gado, onde acontecem rodeios e apresentações musicais. Geralmente a sua realização é no mês de setembro e dura em torno de quatro dias.



A **Mangaba Fest** é uma celebração que dura entre três a cinco dias e acontece entre os meses de setembro e outubro. Grupos de folclore do município se apresentam nessa ocasião.

O **Carnamaitá** é uma espécie de carnaval fora de época que acontece no mês de junho. Ronald afirma que o evento atrai em média doze mil turistas para a cidade. Essa festa segue uma lógica dos carnavais de trio elétrico similares aos que ocorrem na cidade de Salvador/BA, onde são comercializados os abadas, que são camisetas que identifica e permite a entrada do folião na corda do bloco que separa o público pagante do não pagante. Na cidade existem dois blocos que organizam esse tipo de festa, o beijo na boca e os protegidos.

A festa de **comemoração de aniversário da cidade** que acontece no dia 15 de maio também foi citada, porém a Festa de Nossa Senhora da Conceição, que é a padroeira do município, foi apontada por diversos moradores como a mais importante socialmente.

Segundo Almeida (p.144, 2005), a festa de **Nossa Senhora da Conceição** tem início no dia 29 de novembro e termino no dia 08 de dezembro. No passado (2013), após as novenas, eram realizados leilões e bingos na barraca da santa, com a finalidade de se levantar fundos para as despesas da festa. Durante esse período a cidade acolhia pessoas vindas de vários lugares, principalmente do interior do município.

Em relação as formas de expressão identificamos em Humaitá grupos de quadrilhas que se apresentam durante os festejos juninos, o grupo de capoeira senzala e a Toada de Boi.

Segundo o escritor Nã Batista, existem em média oito grupos de quadrilhas em Humaitá, sendo alguns deles: Mocidade São José, Farol do Madeira, Santo Antônio, Explosão Junina, Matutos, mirim de São José, etc. Durante o mês de junho esses grupos se apresentam na cidade e realizam concursos para eleger o grupo que mais se destacou.

A Toada de Boi segundo informações levantadas, parece ser uma performance de dança da cultura popular, que remete a ideia do boi-bumbá. Apenas o grupo de Toada Fogo azul foi citado pelos interlocutores deste estudo.

Segundo Reginaldo Santos Maciel, funcionário público e professor de capoeira do grupo Senzala, a fundação do grupo ocorreu em 2000 e desde então vem atuando principalmente junto aos jovens da cidade e com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Os saberes e fazeres também foram identificados em Humaitá. José Ferreira Tomé é artista plástico e trabalha a oito anos com esculturas em madeira. Autodidata, Tomé retrata temas como os animais e a floresta amazônica em seu trabalho artístico.



Figura 7: Ateliê Tomé Ferreira.



Figura 8: Artista Plástico Tomé Ferreira e algumas de suas obras.

| BENS PATRIMONIAIS DE NATUREZA IMATERIAL LEVANTADOS EM HUMAITÁ/AM | | |
|--|---|---|
| Celebrações | Saberes e Fazeres | Formas de Expressão |
| <ul style="list-style-type: none"> - Festa de Nossa Senhora da Conceição. - Carnamaitá - Mangaba Fest - Expo Huma - Aniversário da Cidade - Festas Juninas | <ul style="list-style-type: none"> - Artesanato em madeira | <ul style="list-style-type: none"> - Quadrilhas - Toada de Boi - Grupo de Capoeira Senzala |

Tabela 3 levantamento do patrimônio cultural imaterial em Humaitá/AM.

Na comunidade Realidade a festa religiosa do padroeiro São Francisco que ocorre no dia 04 de outubro, foi apontada como a mais importante.

O artesanato em madeira e cipó também aparece nesta comunidade como um saber fazer.

O artista plástico conhecido localmente como “Tonga” confecciona diversos artefatos ornamentais e utilitários empregando essas matérias primas. O Sr. José Das Dores Ferreira, que mora na comunidade Fortaleza a 30 anos, também domina a técnica de confecção de vários artigos de cestaria.



Entende-se por cestaria o conjunto de objetos confeccionados por meio do trançado de fibras vegetais.

A técnica da manufatura varia de acordo com a região geográfica e a ocupação cultural do território onde esses artefatos e utensílios são produzidos. Levando em consideração a proximidade dessas comunidades com as Terras Indígenas existentes no entorno da BR 319, percebe-se a forte influência desses povos no “saber fazer” que são expressos por meio da cultura material levantada nesse estudo.



Figura 9 D. Raimunda, artista visual que confecciona cestaria na Comunidade Tradicional de São Sebastião do Rio Igapó-Açu / AM.



Figura 10 Trabalho produzido por D. Raimunda na Comunidade Tradicional de São Sebastião do Rio Igapó-Açu / AM.



Figura 11 Sr. José das Dores, agricultor e artista que produz cestaria na comunidade Fortaleza.



Figura 12 Cestaria produzida pelo Sr. José das Dores na comunidade Fortaleza.

Segundo Velthem (p. 446, 2003), “um objeto sintetiza propriedades que derivam de aspectos espaciais, temporais e sociais, cujo significado se completa através da integração de seus componentes – estruturais, conceituais e relacionais”. Nesse sentido, além da sua “funcionalidade” a cultura material de um povo expressa também elementos de sua cosmologia e organização social.



As técnicas referentes ao “saber fazer” arquitetam o compartilhamento de uma experiência coletiva e identitária, já que os objetos expressam o modo de vida que essas comunidades estabelecem com o seu território.

A salvaguarda desses bens patrimoniais é de suma importância para garantir a preservação não só das técnicas do “saber fazer” que é tradicionalmente transmitido, mas também para a preservação dos aspectos identitários, étnicos e cosmológicos dessas comunidades.

A culinária observada na região não segue um padrão, pois apresenta um misto de influências as várias migrações que ocorreram na região. Assim, as famílias que visitamos no trabalho de campo tem no cultivo da mandioca um constante ingrediente na alimentação e a maioria das famílias possuem uma tradicional casa de farinha que inclui o plantio, a moagem, secagem e torrefação da mandioca e esta tradição é passada de geração em geração.



Figura 13 Sr. João produzindo farinha de mandioca em sua residência na comunidade / núcleo familiar Jacaretinga / AM.

O cultivo da mandioca segue a tradição indígena da região e a inserção das casas de farinha deve-se à migração nordestina a região.

É possível encontrar tapioca para consumo principalmente na cidade de Humaitá. Nas casas ao longo da BR-319 que visitamos era comum servir a farinha nas três principais refeições principalmente em Jacaretinga cuja origem dos moradores mais antigos é o estado do Alagoas.

Na comunidade (núcleo familiar) dos Catarinos não foram identificadas grandes diferenças do restante das comunidades visitadas. Apenas é importante constar que os membros desta comunidade vieram de Ibotirama – SC e tem origem alemã, de forma que as mulheres



cozinham alguns pratos típicos alemães como a kuka (bolo doce alemão) e mesclam com o costume local de assar o peixe.

A produção de bordados e crochês também foi identificada nesse núcleo familiar.

Segundo D. Marli Teschner, que realiza esse trabalho há quatro anos, as técnicas utilizadas para a confecção foram aprendidas no Sul do país e é realizado predominantemente pelas mulheres da família.



Figura 14 D. Marli Teschner apresentando seu trabalho de bordado e crochê na Fazenda Catarinos.

Como se sabe, o peixe é um alimento típico da região dos rios e, neste caso, foi possível verificar a presença em todas as localidades. Contudo, o modo de fazer não há qualquer ingrediente ou modus operante que o considere tradicional daquela localidade.

O que se pode caracterizar como tradicional no sentido gastronômico é que a maior parte, senão todos, dos alimentos, provém do cultivo local e da relação que se estabelece com aquele alimento faz parte de um complexo processo que resulta nas mais diversas interações sociais (LÉVI-STRAUSS, 2004).



Assim, a alimentação para os moradores da Amazônia não é uma categoria fixa de coisas e sim o resultado de complexas relações. Relações entre pessoas, relações com a natureza e as relações entre o entorno.

Tabela 4 levantamento do patrimônio cultural imaterial das comunidades e núcleos familiares da área de estudo.

| Bens patrimoniais de natureza imaterial levantados nas Comunidades e Núcleos Familiares da Área de Estudo | | | |
|---|---|---------------------|--|
| Celebrações | Saberes e Fazeres | Formas de Expressão | Localidades |
| - Festa de São Francisco. - Festas Juninas. - Festa de São Sebastião. | - Cestarias. - Bordados e Crochês. - Farinha. | - Cestarias. | (Comunidade Realidade, Comunidade São Carlos, Comunidade Fortaleza, Núcleo Familiar Jacaretinga, Núcleo Familiar Catarinos). |

O PATRIMÔNIO CULTURAL DA COMUNIDADE TRADICIONAL SÃO SEBASTIÃO DO RIO IGAPÓ-AÇU

Segundo informações obtidas em entrevista com o professor e morador da comunidade, Angel Batista de Souza, o povoamento de São Sebastião do Igapó-Açu começa em meados do segundo ciclo da borracha (1942-1945), quando seringueiros em busca de látex iniciaram a construção de “cabanas” na região. O povoamento se intensificou com a abertura da BR 319 na década de setenta, momento em que famílias da região e de outros Estados começaram a se fixarem a beira da estrada.

Ainda segundo Angel, no momento do surgimento da comunidade existia mais influência das áreas indígenas, porém hoje em dia esse vínculo se mantém principalmente pelo fato de vários moradores da comunidade possuírem relações de parentesco estabelecidas com esses povos.

Como já mencionado anteriormente, entende-se por Comunidades Tradicionais aquilo que está definido no Decreto 6040 de 07 de fevereiro de 2007. Dessa forma, São Sebastião do



Igapó-Açu é caracterizada como uma comunidade tradicional por ser um grupo culturalmente diferenciado e se reconhecer como tal, por ocupar um território a margem do Rio Igapó-Açu e essa ser sua condição para a reprodução econômica (pesca) e cultural (festa do Tucunaré).

Essas características evidenciam que as práticas geradas e transmitidas pela tradição fazem parte da reprodução social e cosmológica desse grupo.

Angel Batista quando questionado sobre o fato da comunidade ser, ou não tradicional, afirma:

A comunidade é uma comunidade tradicional por causa das festas, os artesanatos, as atividades comerciais, então tudo isso se engloba no que vem a ser tradição, né? As atividades de extrativismo, enfim, no meu ponto de vista pode ser que não seja uma comunidade com uma extensa tradição, mas é sim uma comunidade tradicional.

O autoreconhecimento dos moradores em relação a sua forma tradicional de existência é evidente, sendo reafirmada quando se leva em consideração a importância que o rio Igapó-Açu exerce no cotidiano da comunidade. Esta relação demonstra a importância que o rio possui, atuando não só no campo econômico, mas também no simbólico.

O rio pode ser pensado como um “lugar de memória” e como um dos responsáveis pela manutenção do o sentimento de pertença comunitária.

Segundo Nora (1985, p.21), os lugares de memória só podem ser entendidos dessa maneira se a imaginação lhes cobrirem também de uma áurea simbólica, mesmo que esse lugar seja meramente funcional

São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos [...]. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou.

Como pode ser observado no trabalho de campo, o fato de se morar em uma margem ou outra do rio implica em relações de parentesco, políticas e religiosas dentro do grupo, reafirmando que o rio representa um “lugar de memória” para esses moradores.



O Relatório Técnico do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu (p. 124, 2013), aponta que a infraestrutura da comunidade localiza-se na margem direita do rio Igapó-Açu, acentuando um suposto protagonismo dos moradores da margem direita.

Neste local está situada a encruzilhada entre a BR-319 e o rio Igapó-Açu na qual a travessia é realizada a qualquer hora, por meio de uma balsa disponibilizada pelo DNIT e que atualmente é terceirizada pela Empresa Norte Frente Serviços LTDA.

Para o Sr. Nonato, um dos moradores mais antigos e que vive na comunidade desde a abertura da BR 319 na década de setenta, o Rio e a Floresta são o “lazer”, aquilo que faz o lugar ficar bom de morar, “é muito bom ser uma área de reserva de desenvolvimento sustentável aqui, isso protege nossa água, nossa floresta, nossos peixes, nossa madeira”.

Ainda sobre a importância do Rio para a comunidade, Angel Batista complementa

O Rio é a vida da comunidade, é o núcleo, sem o Rio não haveria comunidade aqui. O Rio é a maior fonte de economia da comunidade, onde as pessoas retiram sua alimentação de subsistência, retira o peixe para vender também, né? Usa o Rio como meio de transporte para ir para os seus terrenos, né? A parte mais importante dessa reserva é o Rio, é o que dá vida para essa comunidade, as riquezas, os peixes, o boto, tudo que tem dentro do Rio é muito importante para a comunidade.

Para o IPHAN/MinC, o **Livro de Registro dos Lugares** é destinado à inscrição de espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Levando em consideração os discursos dos interlocutores desse estudo, percebe-se a importância que o Rio Igapó-Açu exerce na manutenção e reprodução da organização social e cultural dessa comunidade, demonstrando potencial para ser registrado como patrimônio cultural imaterial estadual, ou até mesmo nacional.

Em relação aos “saberes e fazeres”, a produção de cestarias e de utensílios em madeira também foram identificados na comunidade de São Sebastião do Rio Igapó-Açu. D. Raimunda, nascida e criada na comunidade, aprendeu com sua tia várias técnicas de trançado. Hoje produz em pequena escala, conciliando essa atividade com a agricultura de subsistência e o extrativismo.



Figura 15 D. Raimunda e parte de sua família em São Sebastião do Rio Igapó-Açu.

Artefatos relacionados com a produção de farinha, como o *paneiro* (espécie de cesta utilizado para carregar a mandioca da roça até a casa de farinha) e o *tipiti* (utensílio utilizado para espremer a massa da mandioca), são os mais produzidos pela artesã.

O material utilizado para a confecção desses artefatos são os cipós ambé, jacitara e o arumã. D. Raimunda relatou seu desejo de ensinar essas técnicas para os mais jovens da comunidade, mas a falta de apoio institucional e de um programa que forneça o suporte necessário para as aulas dificulta a execução dessa iniciativa.



Figura 16 Paneiro e tipitis produzidos por D. Raimunda em São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Figura 17 Tipiti produzido por D. Raimunda em São Sebastião do Rio Igapó-Açu.

Eduardo é outro artesão que desenvolvem trabalhos de escultura em madeira em São Sebastião do Rio Igapó-Açu, porém não mora mais na comunidade, residindo atualmente no município de Careiro Castanho, mas mantém vínculos com os familiares que ainda residem na comunidade.



Figura 18 Esculturas em madeira do artesão Eduardo em São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Em relação às celebrações e as formas de expressões, foi unânime a indicação da **Festa do Tucunaré** como a mais importante da comunidade. Segundo Sr. Moises, a festa ocorre geralmente no último sábado do mês de setembro e está na sua 15ª edição.

Sr. Nonato, um dos idealizadores da festa nos relatou que a ideia de se criar esse festejo surgiu de um grupo de pescadores da comunidade, com o intuito de se festejar a pesca e de tornar o lugar “mais animado”.

A equipe presenciou a 15ª edição da Festa do Tucunaré, que ocorreu entre os dias 19 e 20 de setembro de 2014. Dentro da programação da festa ocorreram leilões beneficentes, bingos, campeonato de pesca, campeonato de futebol feminino e masculino, concurso da Miss Tucunaré, batizados e festa dançantes com bandas musicais da região.



Figura 19 Banner de boas vindas da 15ª Festa do Tucunaré na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Figura 20 Torneio de Futebol masculino da 15ª Festa do Tucunaré na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu. Foto: Jean Pierre Pierote (setembro de 2014).



Figura 21: Apresentação Musical na 15ª Festa do Tucunaré na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Figura 22 : Concurso da Miss Tucunaré na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Figura 23 Tucunarés pescados no torneio de pesca da 15ª Festa do Tucunaré na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Percebeu-se a elevação da estima da comunidade em relação à quantidade de pessoas que vieram prestigiar a festa.

O reencontro com familiares e ex-moradores da comunidade parece significar o fortalecimento dos laços de afinidade com as cidades e comunidades vizinhas.

Outras celebrações / formas de expressão fazem parte do calendário festivo dessa comunidade.

O padroeiro católico de São Sebastião do Igapó-Açu é o Sagrado Coração de Jesus, que tem o festejo realizado no mês de agosto.

Tabela 5 Festas da Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.

| FESTA | COMUNIDADE | MÊS |
|-------------------|--------------------------------|----------|
| São Sebastião | Com. S. Sebastião do Igapó-Açu | Janeiro |
| São Pedro | Com. S. Sebastião do Igapó-Açu | Junho |
| Sagrado Coração | Com. S. Sebastião do Igapó-Açu | Agosto |
| Festa do Tucunaré | Com. S. Sebastião do Igapó-Açu | Setembro |

Fonte: NUSEC/UFAM, 2013.

A interpretação dos discursos dos moradores da comunidade, assim como a análise do material colhido em campo, demonstra a forte ligação social, econômica, política e cultural que esse grupo possui com o seu território e com o Rio Igapó-Açu, fatores entendidos como indispensáveis para a sua reprodução cultural.

A produção de cestarias e de esculturas em madeira também aparecem como uma expressiva representação da cultura material da comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu. Esse saber fazer / forma de expressão é recorrente em todo traçado da BR 319 em licenciamento, fator que implica na elaboração de medidas futuras que valorizem e salvaguarde o patrimônio cultural dos grupos e comunidades envolvidas.



PATRIMÔNIO MATERIAL

O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza que pode ser arqueológica, paisagística, etnográfica, histórica, etc.

Além disso, estão divididos entre bens imóveis (tais como núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos), e móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).

O município de Humaitá foi o único da área de estudo onde identificamos a recorrência do patrimônio cultural de natureza material.

Esse fator pode estar relacionado com o fato de que o município possui mais de um século de história, sendo a cidade uma das protagonistas dos ciclos da borracha no sul do Amazonas.

A rua Marechal Deodoro possui um conjunto arquitetônico e paisagístico diferenciado das demais ruas do município.

Ela foi indicada por diversos moradores como uma das mais antigas e representativa culturalmente, principalmente por ser nela que está localizada algumas edificações históricas da cidade. Monumentos com fachada de azulejaria e com influências *Art déco* indicam que Humaitá possuiu um passado de prosperidade econômica que deixou a sua marca por meio do patrimônio cultural edificado.

Outro exemplo dessa herança cultural é **Biblioteca**, fundada em 1926 pelo caixeiro-viajante português: José Francisco Monteiro. O mesmo também foi responsável pela criação do **Grupo Escolar Osvaldo Cruz**.

No início a biblioteca funcionava no antigo prédio da prefeitura da cidade, porém atualmente estar alojada na rua Marechal Deodoro.

A Biblioteca possui um importante acervo histórico que contém cópias de escrituras de compra e venda de escravos, edições do começo do século XX do Jornal Alto Madeira de Porto Velho, entre outros documentos.

O prédio do Grupo Escolar Osvaldo Cruz também demonstra características históricas e arquitetônicas plausíveis de tombamento.

Assim como a Catedral de Nossa Senhora da Conceição e a Biblioteca, o Grupo Escolar Osvaldo Cruz foi uma das primeiras instituições criadas com a fundação da cidade.



O “Castelo” da Av. Gusmão, construído em 1908 pelo Dr. José de Alcantra Bacellar é um monumento que além da sua exuberância arquitetônica, representa a ostentação da aristocracia da borracha da Humaitá do passado. Essa edificação foi também residência do primeiro Prelado e a sede da primeira agência bancária da cidade.



Figura 24 Placa da Rua Marechal Deodoro em Humaitá/AM.



Figura 25 Rua Marechal Deodoro em Humaitá/AM.

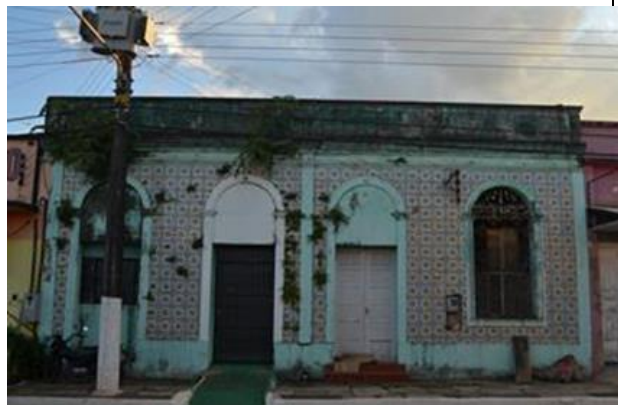


Figura 26 Casa com azulejos na fachada na Rua Marechal Deodoro em Humaitá/AM.



Figura 27 Casa com azulejos na fachada na Rua Marechal Deodoro em Humaitá/AM

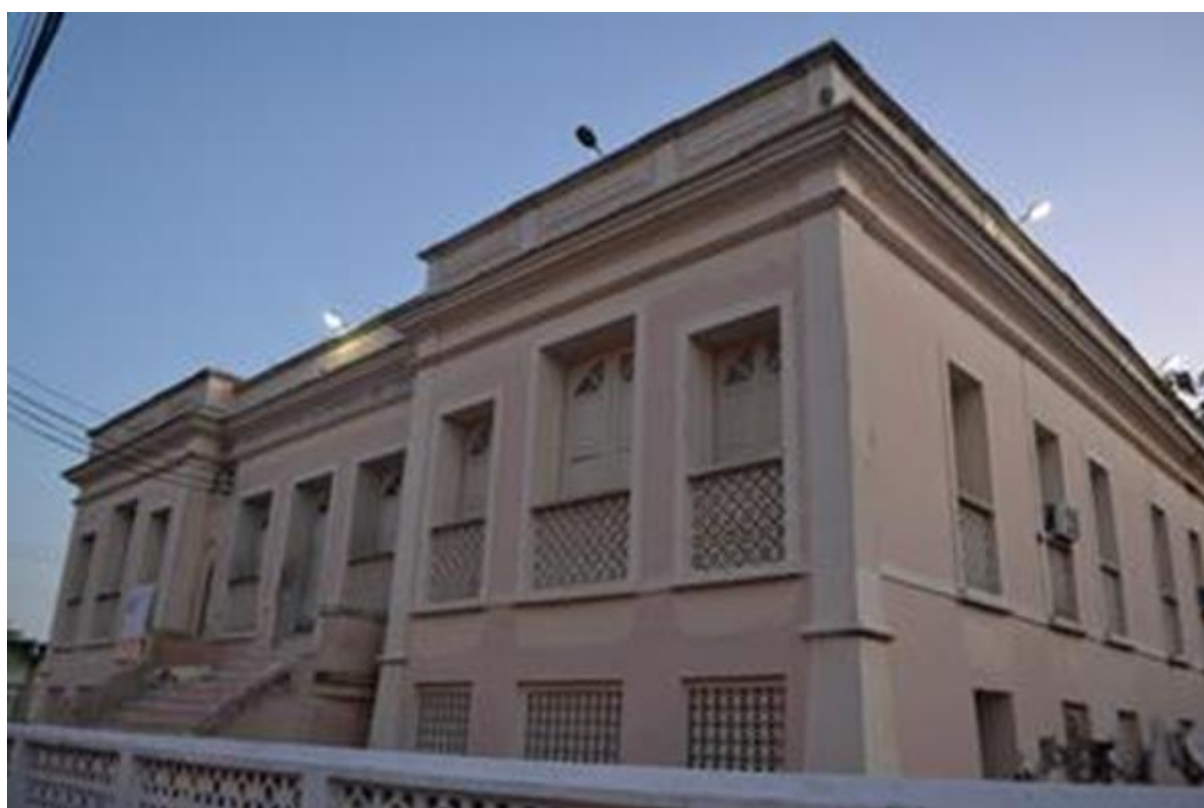


Figura 28 Prédio do Grupo Escolar Osvaldo Cruz em Humaitá/AM.



Figura 29 "Castelo" da Av. Gusmão em Humaitá/AM.



Figura 30 Detalhes arquitetônicos do "Castelo" da Av. Gusmão em Humaitá/AM.



Figura 31 Antigo prédio do mercado em Humaitá/AM.



Figura 32 : Catedral de Nossa Senhora da Conceição em Humaitá/AM.



Figura 33 Prédio da Câmara e da antiga Intendência em Humaitá/AM.



Figura 34 Atual Prédio da Biblioteca em Humaitá/AM.

Tabela 6: Bens Patrimoniais de Natureza Material

| Bens Patrimoniais de Natureza Material levantados no Município de Humaitá/AM | |
|--|---|
| 1 | Conjunto arquitetônico e paisagístico da rua Marechal Deodoro |
| 2 | Prédio do Grupo Escolar Osvaldo Cruz |
| 3 | “Castelo” da Avenida Gusmão |
| 4 | Antigo Prédio do Mercado |
| 5 | Catedral de Nossa Senhora da Conceição |
| 6 | Prédio da Câmara, antiga Intendência de Humaitá |
| 7 | Atual prédio da Biblioteca Municipal |



5. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A Arqueologia surge como ciência no século XIX e, desde então, procura compreender como viviam e se organizavam grupos humanos passados, para isto são realizadas inferências sobre o comportamento, modo de vida e cultura destes grupos por meio de remanescentes culturais, ou seja, qualquer vestígio do comportamento humano no passado (TRIGGER, 1989).

A arqueologia infere sobre o comportamento humano, e também ideias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente. A interpretação dos dados arqueológicos depende da compreensão de como os seres humanos se comportam no presente e, em particular de como esse comportamento se reflete na cultura material (TRIGGER, 1989, p.19).

A Arqueologia, segundo Funari (1988), estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade. Assim, seu principal objeto de estudo é a cultura material (ou repertório cultural), que carrega consigo todo um legado técnico, social e cultural de um dado grupo (GAMBLE, 2002).

Este repertório cultural é a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico (FUNARI, 1988, p.11).

Além disso, a cultura material deve ser vista como registro arqueológico, pois além de serem resistentes às ações temporais e antrópicas, são fontes de grandes informações para os arqueólogos, pois guardam em si comportamentos técnicos e culturais, uma vez que foram produzidos em contextos espaciais repletos de significados (GALHARDO, 2010).

Dessa forma, considerou-se como cultura material todo e qualquer elemento que caracterize e/ou possa indicar a presença de atividades humanas pretéritas na área de estudo, independente do período cronológico a que se relacionem e dos possíveis critérios subjetivos de valoração científica e/ou econômica.

Para Schiffer (*apud* FAGUNDES, 2007), os vestígios encontrados não são fotografias do passado, pois passaram por processos culturais e naturais (biopertubações), desde sua confecção, utilização até a sua evidenciação em um sítio arqueológico.



Portanto, o registro arqueológico é para ele uma reflexão distorcida do passado (SCHIFFER, 2005 *apud* FAGUNDES, 2007).

Neste trabalho, a definição de **registro arqueológico** foi o mesmo adotado por Morais (2000 *apud* FAGUNDES, 2010), a saber:

(...) referência genérica aos objetos, artefatos, estruturas e construções produzidas pelas sociedades do passado, inseridas em determinado contexto. Conceito amplo que independe da posterior classificação do registro como sítio, ocorrência ou geoindicador arqueológico. Refere-se aos objetos naturalmente inseridos no meio ambiente físico ou às estruturas implantadas nas paisagens urbanas ou rurais.

Assim abrange as matrizes arqueológicas evidentes (um conjunto funerário, por exemplo) e as suas expressões arqueológicas latentes (por exemplo, as assinaturas físico-químicas no solo que corroboram estruturas funerárias praticamente invisíveis). Inclui certos arranjos paisagísticos (...) bem como elementos do meio físico-biótico de interesse para a Arqueologia.

5.1. O CONCEITO DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Nesta pesquisa foi utilizado conceito elaborado por Fagundes (2011), em que um sítio arqueológico pode ser compreendido como espaços onde são evidenciados diferentes tipos de repertório cultural relacionados com o cotidiano de grupos humanos, demonstrando seus comportamentos, atividades econômicas, políticas, religiosas, etc.

Há centenas de definições sobre o que seja um sítio arqueológico. Preferimos entendê-lo como espaços onde são evidenciados remanescentes culturais (de qualquer ordem) que nos indicam usos e comportamentos sociais em escala diacrônica, sendo espaços destinados à moradia (na vida ou na morte), paradas para descanso, locais de observações, estações de caça ou pesca, áreas de captação de recurso, enfim lugares que trazem consigo informações temporais e espaciais acerca do modo de vida e cultura de um determinado grupo (FAGUNDES, 2011).

Além disso, de acordo com o raciocínio do autor (FAGUNDES, 2011), um sítio arqueológico tem seu tempo expandido, podendo conter diferentes pacotes de ocupação, tanto de populações relacionadas ou não. Logo, em um mesmo espaço pode conter registro de ocupações diferenciadas no tempo e no espaço.



Cabe ainda ressaltar que os sítios arqueológicos se formam como resultado de interações entre ações humanas e processos naturais, responsáveis pelos processos formativos responsáveis tanto pela sedimentação como pela perturbação de assentamentos humanos (SCHIFFER, 2005 *apud* FAGUNDES, 2007).

Portanto, compreender os processos formativos que criaram, e provavelmente modificaram, os pacotes de ocupação, é um dos principais objetivos da pesquisa arqueológica.

Finalmente, é importante apresentar a definição de sítio arqueológica dada no artigo 1º da Carta de Laussane de 1990 (recomendação internacional para proteção e gestão do patrimônio arqueológico), o patrimônio arqueológico:

“(...) compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios e os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam eles; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados”.

Para caracterização de possíveis sítios arqueológicos adotou-se os seguintes critérios:

- **Sítio Arqueológico Pré-histórico:** local de atividades humanas, aldeamentos, acampamentos e oficinas referentes ao período pré-histórico, com tecnologias deste período.
- **Sítio Arqueológico Multicomponencial:** local com vestígios de atividades humanas, estruturas, etc., que remetem aos diferentes e sucessivos períodos de ocupação, por exemplo: (a) sítios com registro associado aos grupos de caçadores coletores antigos e, posteriormente, aos horticultores; (b) sítios com ocupações pré-históricas e históricas, etc.
- **Sítio Arqueológico Histórico:** são espaços relacionados aos diferentes grupos que compõem a sociedade nacional (inclusive relacionados aos contatos interétnico), após o contato com os europeus no século XVI.

Ainda foi utilizada a definição de Bastos *et al* (2005), que considera como sítio histórico os bens relevantes para a reconstrução da memória, com técnicas construtivas antigas e que remetem ao processo de ocupação regional.



Como **Ocorrência Arqueológica** foram considerados os vestígios arqueológicos que se encontram inseridos na paisagem, mas encontram-se desassociados de outros registros arqueológicos, podendo estar correlacionados ou não a um sítio arqueológico. Ocorrências arqueológicas podem ser explicadas tanto pela presença de fatores de ordem natural quanto antrópica.

O conjunto de sítios arqueológicos, ocorrências e a própria paisagem que estão inseridos fazem parte do **Patrimônio Arqueológico Regional**.

Logo, o patrimônio arqueológico, por definição, envolve o conjunto material da cultura de uma dada sociedade, tanto referente às ocupações indígenas antes do contato com os europeus, bem como dos diversos segmentos da sociedade nacional, inclusive as situações de contato interétnico, como narrado no capítulo anterior.

No caso da área de estudo considerou-se:

- Ocupações e culturas indígenas.
- Influências e ocupações de contato sob um viés diacrônico.
- Influência das ocupações militares.
- Influência e cultura das ocupações ribeirinhas.
- Influências e cultura das ocupações nordestinas e sulistas.

De qualquer forma, essas expressões materiais da cultura são, portanto, potencialmente incorporáveis à memória local, regional e nacional, logo devem ser mapeadas e protegidas conforme corpo legislativo nacional.

5.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS – ESTUDO DA PAISAGEM PARA COMPREENSÃO DOS LOCAIS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO

Os procedimentos de pesquisa empregados no diagnóstico interventivo proposto, seguem as orientações e diretrizes do IPHAN/MinC, definidos pela Portaria nº 230/2002, que trata sobre os procedimentos necessários à compatibilização de licenças ambientais com estudos preventivos de Arqueologia (BASTOS & TEIXEIRA, 2005).



Deve-se lembrar de que se trata do primeiro contato da temática na região, sendo vistoriada uma extensão de 405,7 quilômetros, atingindo terras dos municípios de Beruri, Borba, Humaitá, Manicoré e Tapauá, ambos no estado do Amazonas.

Portanto, a intenção da equipe, multidisciplinar, de se entender os processos de ocupação pré-coloniais, de contato e pós-contato na região e, principalmente, como os vestígios materiais poderiam responder acerca do modo de vida e cultura regional.

De qualquer forma, destaca-se a necessidade de continuidade da pesquisa de maneira mais refinada, conforme apontado na portaria IPHAN 230/2002.

Inicialmente a equipe de Arqueologia realizou o levantamento arqueológico, onde se buscou todas as informações possíveis para a compreensão das diferentes ocupações humanas que tiveram na região (resultados apresentados no Capítulo 06).

Os dados foram obtidos por meio de levantamos secundários e, oportunamente, a equipe de Antropologia buscou a caracterização das culturas materiais e imateriais da região sobretudo por meio de pesquisas etnográficas de campo, sendo entrevistadas pessoas das comunidades, bem como dirigentes públicos.

Além disso, foi executado **levantamento arqueológico**.

Entende-se por levantamento arqueológico a descoberta e a documentação de remanescentes culturais pré-coloniais, de contato e históricos em um dado espaço, cuja execução se pode empregar um número diverso de procedimentos e estratégias (FERDIÈRE, 1998).

Neste sentido, as intervenções em uma dada paisagem foram precedidas de pesquisas ambientais, documentais e na própria literatura arqueológica, de forma que se pudessem mapear criteriosamente todas as características regionais e quais metodologias seriam mais bem empregadas para a localização e estabelecimento de medidas protetivas para os bens culturais evidenciados.

Pretendeu-se, assim, a execução de um levantamento criterioso de todas as fontes secundárias, incluindo arquivos e banco de dados do IPHAN/MinC, centros de memória locais, museus regionais, fundações ambientais, fundações culturais, além de levantamentos primários com visitas técnicas e entrevistas com moradores regionais, com o objetivo de elaborar uma contextualização arqueológica e etnohistórica da região.

É sabido que o registro arqueológico é constituído por uma pluralidade de contextos socioculturais (sistêmicos e diacrônicos, que podem ser contemporâneos ou não).



Portanto, em um único ambiente se pode evidenciar vestígios de diferentes ocupações ao longo do tempo, em alguns lugares contínuas (FAGUNDES, 2004). Assim, pela metodologia aqui adotada, não foram tratados apenas os sítios ou ocorrências mais antigas (ou, então, àquelas relacionados à ocupação indígena pré-colonial), mas também os vestígios materiais históricos, relacionados às diferentes fases da formação da sociedade nacional, mesmo que as mais recentes.

Os procedimentos metodológicos foram baseados em estudos amplamente discutidos e aplicados em prospecções regionais, sobretudo aqueles com enfoque na paisagem, de forma que na definição de métodos para a elaboração da presente investigação também foram levadas em conta não somente as especificidades técnicas do empreendimento, mas também as características ambientais da área onde o mesmo está inserido (BINFORD, 1982; SCHIFFER & GUMMERMAN, 1997; MORAIS, 2000; ARAÚJO, 2001; FAGUNDES, 2014).

O enfoque metodológico assumido no **diagnóstico arqueológico** teve como princípio norteador estudos que focam nas interações entre o ambiente e cultura e, desta forma, como estas interações deixam marcas na paisagem, passíveis de reconhecimento e leitura arqueológica, e que cooperem para a compreensão do potencial regional.

Ou seja, de forma que fosse possível identificar sítios e locais de potencial arqueológico, por meio de uma abordagem sistêmica que busca compreender como os espaços estão sendo apropriados ao longo do tempo e, principalmente, quais marcas deixam na paisagem de forma a possibilitar a compreensão (mesmo que hipoteticamente), do uso e ocupação de um dado espaço ao longo do tempo.

Para tanto, dados ambientais são conjugados aos naturais, além de se buscar na literatura arqueológica regional as principais características das ocupações humanas.

Para Amazônia, como é sabido (SANTOS *et al*, 2011, 2013), a presença de terras pretas¹³ no sul do estado. Logo, este foi um indicador da possível presença de ocupações humanas

¹³ Conforme Santos *et al* (2013): “As Terras Pretas Arqueológicas (TPAs) são unidades de solo que apresentam como características coloração escura e presença de fragmentos cerâmicos e, ou, líticos incorporados à matriz dos horizontes superficiais do solo (Kämpf & Kern, 2005); são caracterizadas por apresentarem elevada fertilidade natural, resultante possivelmente da prolongada ocupação antrópica e da incorporação de carvão pirogênico (Corrêa, 2007). A gênese das TPAs ainda não é bem definida, sendo motivo de divergências entre os pesquisadores, em que a maioria relaciona o aparecimento delas à atividade antrópica (Smith, 1980), provavelmente por populações pré-colombianas. Embora aceita, essa hipótese apresenta questionamentos da origem intencional ou como mera consequência da ocupação do homem (Neves et al., 2003).”



pretéritas, sendo que todas as áreas de intervenção em subsuperfície ou de caminhamento, esta foi uma diretriz fundamental que guiou as preocupações da equipe.

Contudo, não se pretendeu “engessar” a pesquisa, uma vez que, mesmo nos ambientes citados como de baixo potencial arqueológico foram feitas vistorias sistemáticas, seguidas de intervenções em subsuperfície, de modo que esta pesquisa pudesse também consolidar, mesmo que discretamente, como o conhecimento arqueológico.

A suposição da grande influência do meio natural para o estabelecimento de assentamentos e atividades de populações pré-históricas e históricas, é suportada por dados empíricos etnográficos, arqueológicos e estudos teóricos (KIPNIS, 1997). O clima, a geologia, a geomorfologia, o suporte biótico em termos faunísticos e florísticos, as características atuais e pretéritas de cobertura e uso do solo, fornecem os elementos essenciais a essa avaliação.

Além disso, de acordo com Waters (*apud* WATERS & KUHN, 1996), sob a perspectiva geoarqueológica torna-se possível a determinação de variáveis ambientais com maior potencial para a ocorrência de sítios arqueológicos.

Essas variáveis, em geral, estão baseadas na concepção da existência de determinados padrões recorrentes de ocupação / atividade humana, a partir de certas estratégias econômico-sociais ligadas à captação, produção, distribuição, consumo e manejo de recursos naturais em uma dada área.

Dessa forma, a abordagem ambiental ou geoarqueológica, por meio da avaliação do entorno físico dos sítios arqueológicos, procura estabelecer parâmetros para a interpretação dos processos de formação, preservação ou destruição dos vestígios arqueológicos, considerando ainda, as possíveis transformações climáticas e paleogeográficas ocorridas no passado.

Por outro lado, a caracterização da estrutura, da dinâmica e da evolução da paisagem permite prever “controles geoarqueológicos”, indicando áreas capazes de preservar ou condicionar aspectos de formação e preservação de sítios (BROCHIER, 2004).

A utilização dessa perspectiva visa produzir a maior quantidade possível de informações sobre as populações pretéritas que ocasionalmente possam ter deixado indícios e/ou vestígios materiais de suas atividades nas áreas de influência onde se pretende implantar o empreendimento.

Mais recentemente, em uma abordagem culturalista mais abrangente (FAGUNDES, 2014), tem-se buscado à compreensão da paisagem arqueológica a partir de diferentes pressupostos



ou mesmo se questionado sobre a conveniência de substituir a Arqueologia Espacial por uma Arqueologia da Paisagem (*landscape archaeology*) ou de deixar de falar de espaço, para falar em mudança de paisagem (BOADO, 1991; LANATA, 1997; FAGUNDES, 2014).

Para Fagundes (2014, pp.35-37), o estudo da paisagem inclui pesquisas sobre o meio físico-biótico integrado às diferentes formas de pensar e representar os espaços pelos seus ocupantes.

Outros pontos fundamentais se fazem pertinentes na afirmação acima: a dinâmica natural envolvendo o registro arqueológico e que o ambiente de hoje não seja o necessariamente de ontem, portanto a importância de estudos paleoambientais para corroborarem com nossas hipóteses. Os aspectos fisiográficos regionais são fundamentais para a pesquisa, desde que, contudo, todas as inter-relações entre ambiente e cultura sejam feitas dentro dos aportes da pesquisa. A paisagem não pode ser vista como um “cenário” ambiental onde as atividades humanas ocorrem, pelo contrário, ela é a comunhão desses aspectos ambientais mais os culturais, por meio das transformações materiais humanas (ou não), dentro da rede de significações que são dadas pelos diferentes grupos (FAGUNDES, 2014, p.35).

Deste modo, a *paisagem é entendida como uma construção cultural*, onde espaços são apropriados e representados por além de questões de ordem econômica, uma vez que envolve questões simbólicas, religiosas, ideológicas, políticas, etc. Neste sentido, locais de interesse arqueológico podem corresponder a diferentes compartimentos ambientais, reforçando a necessidade de investigação total na pesquisa arqueológica, integrando campos diferentes e metodologias abrangentes.

Em meio a um emaranhado de significações conceituais, a paisagem pode ser considerada (ou vista como por alguns paradigmas), sob um caráter de fenômeno social, em que contextos históricos e culturais específicos definem características simbólicas ímpares. Sob esse viés, a paisagem nada mais é do que um produto humano, da construção humana, podendo ser definida como um espaço social humanizado: no tempo e no espaço. Essa paisagem passa a ser lida e interpretada como símbolo e adquirindo seu papel cultural dentro das representações sociais de um dado grupo enquanto bem cultural (FAGUNDES, 2014, p.38)

Ainda conforme Fagundes (2014, p.41) a paisagem pode ser compreendida como o foco de estudo da Arqueologia, uma vez que seu estudo sistemático possibilita o entendimento de pontos-chave da pesquisa, entre eles: os processos formativos, ocupações em longa duração



(no tempo, espaço e cultura), mobilidade, obtenção de recursos, simbolismo, sistema de assentamento, etc. Em sua letra:

Assim sendo, as análises têm sido focadas na possibilidade de explorar as *relações dialéticas* existentes entre as diferentes *facetas* que envolvem a Arqueologia enquanto disciplina: técnicas, métodos e processos epistemológico-conceituais (FAGUNDES, 2014, p.41).

Portanto, a multidisciplinaridade é a condição para a realização de uma pesquisa que pretende realizar um diagnóstico coerente acerca da realidade arqueológica de uma área, alcançando a compreensão efetiva que como se deu a relação dos humanos em seus ambientes (FAGUNDES, 2014, p.42).

Essa conjunção de ideias e métodos, por sua vez, amplia a noção de sítio arqueológico ou de cultura material, não se prende apenas na materialidade, mas há um maior enfoque na paisagem, nos locais de interesse arqueológico, ou seja, que abarcam locais com potencialidade de sítios, caminhos e interconexões, ambientais naturais com características que favoreçam ocupações ao longo do tempo, etc.

Portanto, na pesquisa diagnóstica se fez necessário o mapeamento e vistoria de todos os diferentes compartimentos geoambientais que pudessem abarcar ocupações humanas ao longo do tempo, bem como a realização de extrapolações (mesmo que hipoteticamente), de como esses espaços trazem informações pertinentes sobre o modo de vida e cultura no passado.

Para Fagundes (2014, p.45):

Enfim, essas e outras indagações tem permitido a reflexão acerca da importância da compreensão da interconexão entre diferentes sítios contemporâneos de uma área arqueológica (análise inter sítio/ complexo situacional de sítios) e como a distribuição espacial desses assentamentos ocorreriam. Nessa perspectiva, partiu-se do pressuposto de que um lugar ou domínio (usando a terminologia *maussiana*), ultrapassa os limites da ocupação humana sob forma de suas habitações (aldeias, sítios arqueológicos, povoados, cidades etc.), mas que abrange uma paisagem dotada de significação.

Para a consolidação das ideias aqui expostas, as atividades foram efetuadas em três etapas distintas, a saber:

- (a) De gabinete, onde foram processados todos os dados pré-existentes sobre o local sob intervenção (arqueológicos, antropológicos, históricos e/ou culturais). Além disso, será preparada a base toda a cartografia cultural que poderá ser utilizada em campo.



- (b) Etapa não interventiva de campo: onde foram realizadas as consultas aos arquivos públicos, levantamentos orais sobre o conhecimento local acerca do patrimônio cultural (sobretudo arqueológico). Também foi feito o reconhecimento de todos os compartimentos topogeomorfológicos da área do empreendimento.
- (c) Segunda etapa de campo, interventiva, onde foi realizado levantamento de campo, utilizando as técnicas descritas para identificação, mapeamento e sugestões de proteção e gerenciamento do patrimônio cultural.

O levantamento bibliográfico, o geoprocessamento, bem como os dados e materiais obtidos em campo, juntamente com as análises posteriores de laboratório forneceram as condições necessárias para inferir acerca:

- (a) Dos processos de uso e ocupação do espaço ao longo do tempo.
- (b) Dos sistemas de implantação de sítios arqueológicos na paisagem, inclusive discutindo com a literatura regional se há semelhanças ou diferenças no que já fora estabelecido.
- (c) Do registro arqueológico evidenciado (sítios, ocorrências e locais de interesse) discutindo acerca de tecnologias e seus significados.
- (d) Dos processos culturais evidenciados.
- (e) Das medidas protetivas que podem ser efetuadas em caso da evidenciação de sítios ou locais de interesse arqueológico, com base no que se tem discutido acerca de gestão e gerenciamento do patrimônio (DELFORGE, 2013).

5.2.1. Etapa de Gabinete

Nesta etapa da pesquisa foi realizado o levantamento de dados secundários, dados bibliográficos que dizem respeito à contextualização arqueológica, antropológica, etnohistórica e histórica da região em que o empreendimento está inserido.

Como pode ser visto no contexto arqueológico se efetuou um panorama geral da pré-história da região amazônica, ao mesmo tempo em que se buscaram dados mais específicos para a mesorregião onde se encontram os municípios do sul do estado do Amazonas.



5.2.2. Etapa de Campo

Deve-se lembrar de que a área de intervenção é extremamente grande (uma extensão de 405,7 quilômetros, atingindo terras dos municípios de Beruri, Borba, Humaitá, Manicoré e Tapauá, ambos no Amazonas).

Neste sentido, teve-se que pensar em uma metodologia que se abarcasse essa extensão de forma efetiva, buscando salvaguardar o possível patrimônio regional e observando com critérios a paisagem, garantindo a possibilidade de se indicar intervenções mais refinadas para a próxima etapa da pesquisa (prospecção).

Para garantir uma cobertura extensa de toda a área (ADA), além da AID, foi elaborado um Plano de Caminhamento, de modo que se pudesse realizar minuciosamente (e de maneira sistemática) a observação de superfície desta extensão, a fim de se evidenciar possíveis vestígios e estruturas visíveis.

Esse caminhamento foi realizado com critérios pré-estabelecidos em gabinete (principalmente), com base no que tem se discutido na literatura sobre as ocupações pré-coloniais e históricas regionalmente.

Contudo, é importante ressaltar que todos os espaços topogeoambientais do empreendimento foram devidamente vistoriados (com dados registrados em fichas específicas, cadernos de campo, além do intenso registro fotográfico).

Ao todo foram executados 201 poços testes, sendo feitos a cada dois quilômetro da rodovia, alternando a margem a ser executado (leste/oeste). Contudo, cabe ressaltar que além das intervenções em subsuperfície, os caminhamentos e registros foram também executados, de forma que se pudesse ter uma visão mais completa possível da paisagem cultural da ADA do empreendimento e, como dito, levando em conta os usos e ocupações do solo ao longo do tempo: das culturas pré-coloniais às atuais.

Assim, as intervenções em subsuperfície ocorreram exclusivamente na ADA, tendo como base a malha estabelecida anteriormente em laboratório (e descrita a seguir).

Assim, em todos os locais que apresentaram características geoambientais que comportariam ocupações humanas sofreram intervenções.



5.2.3. Escavação de Poços-Testes ou Tradagens

A adoção dos poços-teste ou tradagens como medida para o controle de ocorrências arqueológicas em subsolo se justificou pela necessidade de se estabelecer uma metodologia de averiguação em subsuperfície os para averiguação de possíveis pacotes arqueológicos e, em caso positivo, apresentar (mesmo que sutilmente dada as dimensões das tradagens), uma perspectiva acerca de espessura e suas características culturais (tipo e densidade de cultura material).

Tratando-se da *etapa de diagnóstico*, a intenção era buscar a presença de indicadores arqueológicos da presença humana da área, sejam vestígios materiais (cerâmica, lítico, vidro, louça, materiais construtivos de qualquer espécie, etc.), bem como indicadores físico-químicos no solo, como as **terras pretas** (SANTOS *et al* 2011, 2013).

Estes poços ou tradagens são perfurações feitas na superfície, com cavadeiras articuladas (boca-de-lobo), geralmente com profundidade média de 100 cm. As tradagens são utilizadas especialmente para delimitar a extensão horizontal de sítios arqueológicos, mas também visam à coleta de informações com relação a pacotes verticais estratigráficos, artificialmente divididos.

Elas foram georreferenciada e o sedimento escavado foi cuidadosamente examinado. Após a análise e o registro, o sedimento é retornado ao furo.

Os poços-teste ou tradagens obedeceram aos seguintes procedimentos práticos:

- Retirada da cobertura vegetal, com auxílio de enxada e / ou enxadão, de uma área de aproximadamente 1 m de diâmetro, visando à exposição do solo superficial para a conseqüente deposição e análise do sedimento retirado da escavação;
- Abertura de uma tradagem (poço-teste) de ao menos 30 cm de diâmetro, com auxílio de enxadão, aprofundado com cavadeira manual (boca-de-lobo) até aproximadamente 1 m de profundidade, ou mais, conforme a estratigrafia do terreno;
- Desagregação, triagem e exame do sedimento retirado da tradagem, com auxílio de colher de pedreiro e / ou enxadão;
- Como registro de cada poço-teste, os dados foram anotados na ficha de Caminhamento/Sondagem (Figura 35).



- Ao final de cada escavação se procedeu com o registro fotográfico e a sondagem foi aterrada.

Se durante as escavações vestígios culturais fossem evidenciados, realizaria-se registro e acondicionamento dos materiais em sacos plásticos, juntamente com uma etiqueta de identificação, contendo: (a) o nome do projeto, (b) localização do objeto, (c) tipo de material, (d) profundidade, (e) data e nome do pesquisador responsável pela coleta. Finalizado o processo de registro, o poço-teste seria aterrado.

| FRONTEIRAS ARQUEOLOGIA | | FICHA DE CAMINHAMENTO/SONDAGEM | | | |
|--|---------|---------------------------------------|--------------|-----------|--------------|
| FRONTEIRAS ARQUEOLOGIA | | Diagnóstico Arqueológico Interventivo | | | |
| Fazenda _____ | | Data: ___/___/2014 | | | |
| Executor (a) _____ | | | | | |
| Vegetação: _____ | | | | | |
| Relevo: Baixa Vert. <input type="checkbox"/> Média Vert. <input type="checkbox"/> Alta Vert. <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> | | | | | |
| Declive: Suave <input type="checkbox"/> Moderado <input type="checkbox"/> Acentuado <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> | | | | | |
| Pt. ou Coord.: _____ | | | Fotos: _____ | | |
| NÍVEL | TEXTURA | | | COLORAÇÃO | TIPO DE SOLO |
| | F | M | G | | |
| 0 | | | | | |
| 0 - 10cm | | | | | |
| 10 - 20cm | | | | | |
| 20 - 30cm | | | | | |
| 30 - 40cm | | | | | |
| 40 - 50cm | | | | | |
| 50 - 60cm | | | | | |
| 60 - 70cm | | | | | |
| 70 - 80cm | | | | | |
| 80 - 90cm | | | | | |
| 90 - 100cm | | | | | |
| 100 - 110cm | | | | | |
| 110 - 120cm | | | | | |
| 120 - 130cm | | | | | |
| NOTAS: | | | | | |
| Vestígio: sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> | | | | | |

Figura 35 Ficha de Campo.



5.2.4. Delimitação de sítio

No caso de identificação de sítio arqueológico durante as escavações dos poços-testes, seria efetuada a abertura de tradagens de maneira sistemática com o objetivo de delimitar a área do sítio.

Nos sítios de superfície a proposta é manter a integridade estratigráfica, sendo proposta a intervenção em outras etapas da pesquisa.

Para o procedimento de delimitação do sítio empregaram-se os métodos propostos por Chartkoff (1978 *apud* CALDARELI, 2003), os quais consistem no uso de *transects* (radiais ou paralelos), traçados a partir do (s) artefato(s) encontrado(s), conforme croquis abaixo.

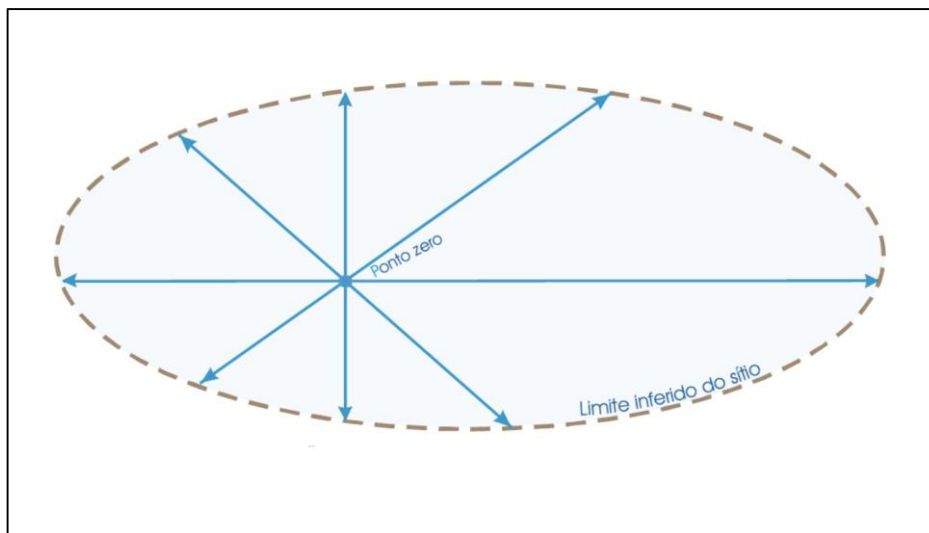


Figura 36 Esquema de delimitação de um sítio arqueológico com caminhamento e sondagens realizadas de sobre linhas radiais, a partir de um ponto central. (CALDARELI, 2003).

Todas as posições das tradagens realizadas durante a delimitação de um sítio seriam registradas por aparelho GPS (Datum WGS84) e posteriormente plotadas em SIRGAS 2000.

Os dados de cada sondagem seriam registrados, seguindo o mesmo procedimento utilizado para as sondagens indicados no item 5.2.3.

A partir do ponto central, caso se encontre material, as tradagens para delimitação serão realizadas em intervalos de 10 m uma da outra, ou em intervalos menores, se houver necessidade, até que duas consecutivas resultem negativas. O limite do sítio será estabelecido pela última tradagem com material em cada um dos *transects*.



Cada sítio identificado será registrado na ficha de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN/MinC.

Todas as ações também foram registradas por meio de fotografias que fazendo parte deste relatório e de banco de dados digitais disponíveis na empresa Fronteiras Arqueologia, bem como todo o registro e dados provenientes da pesquisa, que permanecerão armazenados por prazo indeterminado.



6. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DA BR 319

As intervenções arqueológicas na BR 319 ocorreram tanto em superfície (caminhamento), quanto em subsuperfície (abertura de poços-testes – PTs), por uma equipe de sete integrantes: quatro arqueólogos, um estagiário e dois motoristas.

A metodologia inicial consistiu em percorrer a faixa de servidão da BR (405 km de extensão), abrindo PTs com uma cavadeira a cada 1 km de distância, alternando entre a margem direita e esquerda da rodovia, com o intuito de identificar possíveis vestígios materiais pré-coloniais, de contanto ou históricos que pudessem ser impactados pelas obras de revitalização da BR¹⁴.



Figura 37: Atividades interventivas realizadas nas margens da BR 319.

¹⁴ A distância de 1km serviu somente como uma referência, uma vez que os pesquisadores em campo puderam avaliar o potencial da área a ser investigado.



Ao todo foram executados 212 (**duzentos e doze**) PTs, sendo que todos foram escavados por níveis artificiais de 20 cm, chegando, sempre que possível, a 1m de profundidade.

Os sedimentos retirados foram depositados na borda do PT em sentido horário, diferenciando assim os níveis. Cada nível foi devidamente registrado em ficha de campo, com as seguintes informações: nome do executor, data, vegetação, relevo, declive, textura (solo), coloração (solo), tipo de solo, profundidade do PT, vestígios arqueológicos (sim ou não) e observações.

No decorrer das atividades foi verificado que a região é formada por muitos cursos d'água de pequena e média escala, conhecidos localmente como igarapés e riachos, e que, a dinâmica de construção da BR ocorreu, muitas vezes, baseada na retirada de sedimento das margens, com o intuito de formar uma área mais elevada de terra, cujos impactos dos cursos d'água não fossem tão danosos em curto espaço de tempo.

Ou seja, a rodovia, em sua maior parte é formada por aterramento, e os sedimentos que foram retirados das margens para esta finalidade, deram lugar a áreas alagadas que se estendem por grande parte da rodovia ao longo de todo o ano.

Essa situação peculiar minimizou o potencial de identificação de materiais arqueológicos na área em dois sentidos:

- (a) Primeiro, o próprio alagamento dificultou a visualização de possíveis vestígios materiais;
- (b) Segundo, porque, na maioria dos casos, a retirada de sedimento ocorreu em níveis profundos, com cerca de 8m ou mais, formando barrancos íngremes de difícil acesso e pouco potencial do ponto de vista arqueológico.



Figura 38 área alagada e área de barranco da BR 319.



Tendo em vista os pontos apresentados, justifica-se a mudança de metodologia durante o trabalho. O intervalo de referência para a abertura de PTs foi aumentado para 2 km de distância, mas ressaltando que o caminhar ao longo da BR permitiu os pesquisadores reconhecerem as áreas de maior potencial, ficando sujeito a alterações nos locais de abertura das sondagens.

Assim dos 212 PTs planejados, foram executados 44,81% do total, enquanto 11,79% sofreram interrupção em profundidade inferior a 100 cm em função de alguma intempérie local. Além disso, 93 PTs (43,86%) não foram executados, sendo os principais motivos as áreas de alagamento ou locais totalmente impactados.

Dos PTs executados, 84,04% foram realizados em baixa vertente (168 PTs), 12,62% em média vertente (25 PTs) e apenas 2,52% em alta vertente (05 PTs).

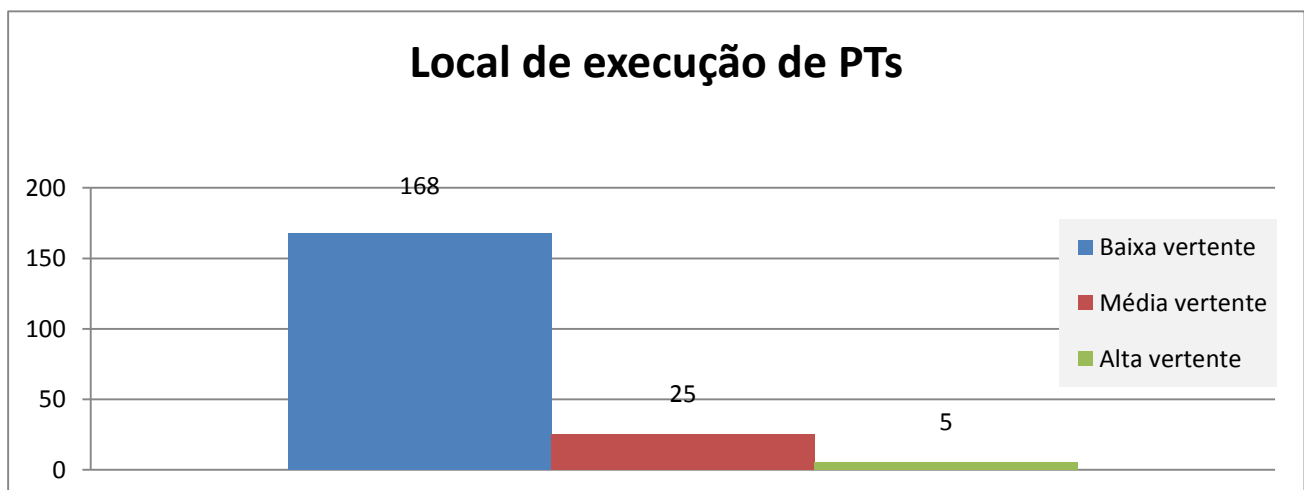


Gráfico 1 Local de execução dos poços testes

Desse total, 186 dos PTs foram executados em relevo com declive suave, típico da região amazônica, e apenas 12 em relevo com declive moderado.

Outra característica importante observada e analisada pela equipe de arqueologia foi o tipo e coloração do sedimento nos PTs executados. Entre os concluídos ou parcialmente concluídos, os resultados foram:

- 64,21% apresentaram sedimento argiloso, sendo que deste total 54,09% apresentou algum tipo de feição de tabatinga.
- 34,73% dos sedimentos eram do tipo areno-argiloso.
- 23,15% argilo-siltoso.



- 3,15% areno-argilo-siltoso.

A coloração do sedimento foi outro indicativo importante. A equipe ficou atenta à possibilidade da presença de terra preta indígena em todos os poços testes e, de qualquer forma, em nenhum local, seja por meio da observação em subsuperfície ou mesmo em superfície, este tipo de vestígio cultural não fora identificado.



Figura 39 Execução do PT2 (UTM S7 32.795W63 15.825). Sondagem aberta em área de capim alto, em baixa vertente. Observe a tonalidade do sedimento (alaranjando) do tipo argiloso em toda sua extensão.



Figura 40 Execução do PT26 (UTM S7 20.542 W63 11.268). Sondagem aberta em área de capoeira média c, em baixa vertente e declividade suave. Observe a tonalidade do sedimento, classificado por marrom-alaranjando do tipo argiloso em toda sua extensão.



Figura 41 Execução do PT44 (UTM S7 11.376 W63 07.809). Sondagem aberta em área de capim alto, em baixa vertente com declive suave. Observe a tonalidade do sedimento classificada como marrom clara da superfície até aproximadamente 40 cm de profundidade do tipo areno-argiloso, passando para alaranjado até 100cm, passando para argiloso.





Figura 42 Execução do PT14 (UTM S7 26.672 W63 13.551). Sondagem aberta em área de capim alto, em baixa vertente e declividade suave, em meio à capim alto. Observe a tonalidade do sedimento, classificado por marrom-alaranjado do tipo argiloso em toda sua extensão.



Figura 43 Área do PT56 (UTM S7 05.065 W63 06.607). Área caracterizada pela presença de mata nativa, com locais de alagamento, sendo, portanto, impossível a execução do poço-teste.



Figura 44 Área do PT80 (UTM S6 52.365 W63 03.756). Área caracterizada de capoeira alta. Foi executado o poço teste em terreno de baixa vertente com declividade suave. O solo foi do tipo alaranjado, textura média e argiloso em toda a extensão (100 cm).



Figura 45 Área do PT 168 (S6 12.340 W62 39.763). Trata-se de uma área em baixa vertente, com declive suave em meio à capoeira. Em toda sua extensão é do tipo areno-argilo-siltoso, com as seguintes tonalidades: Marrom escuro (superfície), Marrom claro (0-40), Marrom Alaranjado (50-100).





Figura 46 Execução do PT 178 (UTM S6 08.225 W62 36.184). O PT foi executado em meio a mata nativa, em local de baixa vertente e declividade suave. O sedimento apresentou textura fina, do tipo areno-argiloso em toda a extensão (100 cm). As tonalidades observadas em campo foram: Marrom escuro (superfície), Marrom claro (0-20), Marrom Alaranjado (30-100 cm).



Figura 47 Execução do PT 200 (UTM S5 57.658 W62 28.708). O PT foi executado em meio a pequenos arbustos, área de capoeira média, em baixa vertente com declividade suave. O sedimento apresentou textura fina no início e média no final da execução, do tipo argiloso (toda extensão – 100 cm), com diferentes tipos de coloração, a saber: alaranjado de 0 a 20 cm, laranja amarelado 20 a 40 cm, amarelado de 40 a 60 cm, amarelado e bege de 60 a 80 cm, bege de 80 a 100 cm.



Figura 48|: Execução do PT 206 (UTM S5 56.342 W62 26.937). O PT foi executado em meio a capoeira média, em baixa vertente com declividade suave. O sedimento apresentou textura média, do tipo argiloso em toda a extensão (100 cm), com coloração marrom amarelado de 0 a 20 cm e amarelada de 20 a 100 cm.

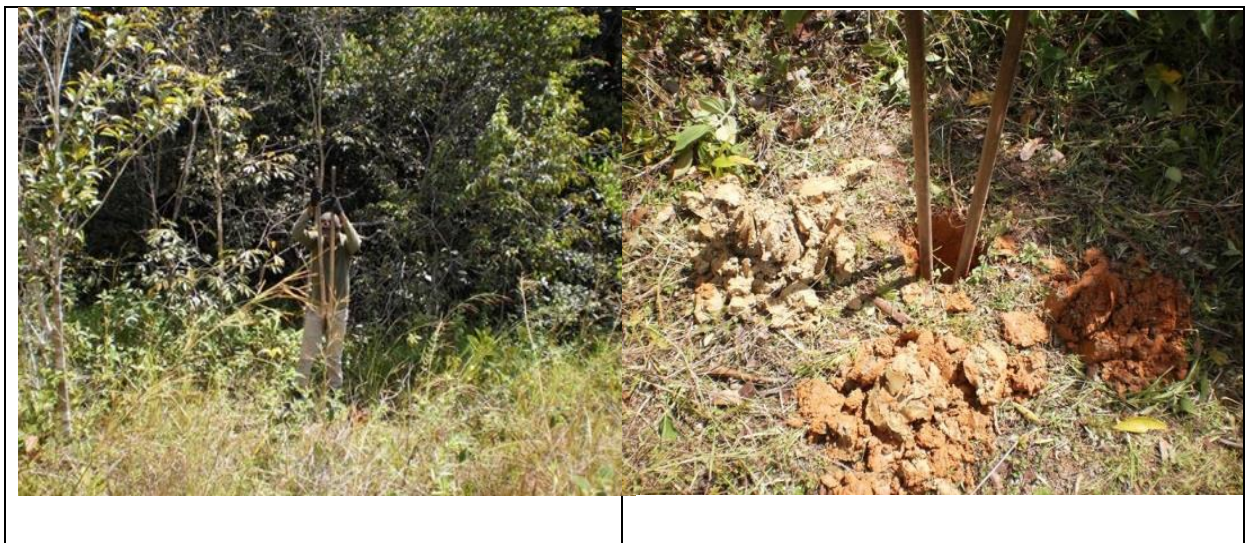


Figura 49 Execução do PT 210 (S5 54.868 W62 25.392). O PT foi executado em meio a capoeira média, em baixa vertente com declividade suave. O sedimento apresentou textura média, do tipo argiloso (com lâminas de tabatinga), com as seguintes colorações: alaranjado de 0 a 20 cm, laranja amarelado de 20 a 40 cm, amarelado de 40 a 60 cm.



Figura 50 Execução do PT 216 (S5 52.488 W62 23.163). O PT foi executado em área de capoeira, em baixa vertente de declividade suave. O sedimento apresentou textura média, com presença de cascalhos, do tipo argiloso em toda a extensão (40 cm), com presença de tabatinga. A coloração foi mosqueada, vermelho e bege.



Figura 51 Execução do PT 212 (S5 54.075 W62 24.641). O PT não foi executado em função de se tratar de uma área alagada.



Figura 52 Execução do PT 288 (S5 20.178 W62 01.354). O PT foi executado em área de capoeira baixa, em baixa vertente de declividade suave. O sedimento apresentou textura média, do tipo argiloso e com presença de tabatinga, com diferentes colorações, a saber: marrom (0-20), mosqueado, vermelho e bege (30-60). A profundidade máxima foi de 60 cm.



Figura 53 Execução do PT 294 (S5 18.516 W61 58.637). O PT foi executado em área de capoeira baixa, em baixa vertente de declividade suave. O sedimento apresentou textura média, do tipo argiloso e com presença de tabatinga, com diferentes colorações, a saber: Marrom amarelado (0-20), Amarelado (20-40) mosqueado, vermelho e bege (40-60)



Figura 54 Execução do PT 306 (S5 14.736 W61 53.509). O PT foi executado em área de capoeira baixa, em baixa vertente de declividade suave. O sedimento, do tipo argiloso em toda a extensão, apresentou textura média e diferentes colorações: Amarelado (0-20) Alaranjado (30-40) Laranja e bege (40-50) Bege (50-100).



Figura 55 Execução do PT 306 (S5 13.212 W61 51.952). O PT foi executado em área de capoeira baixa, em baixa vertente de declividade suave. O sedimento, do tipo argiloso em toda extensão (com presença de tabatinga), apresentou textura média e diferentes colorações: Marrom Alaranjado (0-10) Mosqueado, laranja e bege (30-60). Profundidade máxima foi de 60 cm.



Figura 56 Execução do PT 222 (S5 50.099 W62 20.951). O PT foi executado em área de capoeira baixa, em baixa vertente de declividade suave. O sedimento apresentou textura média, do tipo areno-argiloso e com diferentes colorações, a saber: alaranjado (0-40 cm) e mosqueado (40-100 cm).



Figura 57: Execução do PT 316 (UTM S5 11.400 W61 49.222). O PT foi executado em meio a mata nativa, em local de baixa vertente e declividade suave. O sedimento apresentou textura fina, do tipo argiloso e tonalidade cinza claro.



Figura 58 Execução do PT 334(UTM S5 06.135 W61 42.333). O PT foi executado em meio a capoeira alta, em baixa vertente de declividade suave. O sedimento é do tipo argilo-arenoso-siltoso, de textura fina e coloração marrom escuro (superfície), cinza (0-20), bege (30-100).



Figura 59 Execução do PT 352(UTM S4 58.800 W61 34.330). O PT foi executado em meio a capoeira baixa, em alta vertente, de declividade moderada. O sedimento, do tipo argiloso, apresentou textura fina, de tonalidade marrom clara em toda a extensão



Figura 60 Execução do PT 380 (UTM S4 49.175 W61 22.890). O PT foi executado em meio a capoeira alta, em baixa vertente, de declividade suave. O sedimento, do tipo argiloso, apresentou textura fina, de tonalidade bege em toda a extensão (60 cm).



7. REGISTROS DE CAMPO

Além da execução de poços testes e dos caminhamentos para averiguação da superfície, a equipe de Arqueologia executou vários registros de campo com o objetivo de mapear de forma efetiva várias características do entorno da BR-319, seja:

- Dos alojamentos das obras futuras;
- Estruturas da própria BR, como pontes;
- De antigas infraestruturas, hoje decadentes (galpões, postos de gasolinas, pousadas, casas, etc.);
- De infraestruturas atuais, como pousadas e restaurantes;
- Das casas de arquitetura vernacular, que demonstram o modo de vida e cultura regionais.





TABELA 7 RESUMO OS PONTOS AVALIADOS

| PONTOS | COORDENADAS | |
|------------------|----------------------|--|
| ACAMPAMENTO | S6 23.770 W62 50.234 | |
| ACAMPAMENTO 1 | S6 22.141 W62 48.275 | |
| ACAMPAMENTO TOCA | S6 05.766 W62 34.000 |  |






| PONTOS | COORDENADAS | |
|------------|----------------------|--|
| ALOJAMENTO | S7 08.593 W63 07.036 |  |
| CASA 01 | S6 13.056 W62 40.563 |  |
| CASA 02 | S6 15.549 W62 43.360 |  |
| CASA 03 | S6 22.554 W62 48.791 |  |







| PONTOS | COORDENADAS | |
|---------|----------------------|--|
| CASA 04 | S6 22.059 W62 48.260 |  |
| CASA 05 | S7 06.348 W63 06.760 |  |
| CASA 06 | S7 03.820 W63 06.471 |  |
| CASA 07 | S7 03.819 W63 06.463 |  |



| PONTOS | COORDENADAS | |
|---------|----------------------|--|
| CASA 08 | S7 03.068 W63 06.389 |  <p>20/06/2014 12:15</p> |
| CASA 09 | S7 02.572 W63 06.321 |  <p>20/06/2014 12:23</p> |
| CASA 10 | S7 00.427 W63 06.076 |  <p>20/06/2014 12:59</p> |
| CASA 11 | S7 00.366 W63 06.076 |  <p>20/06/2014 13:01</p> |







| PONTOS | COORDENADAS | |
|--------------------|----------------------|--|
| CASA 12 | S6 54.723 W63 04.544 |  |
| CASA 13 | S7 25.053 W63 12.969 |  |
| CASA 14 | S7 18.416 W63 10.423 |  |
| CASA ABANDONADA 01 | S6 00.961 W62 31.161 |  |



| PONTOS | COORDENADAS | |
|--------------------|----------------------|--|
| CASA ABANDONADA 02 | S6 01.443 W62 31.401 |  |
| CASA ABANDONADA 03 | S5 19.042 W62 00.014 |  |
| CASA ABANDONADA 04 | S4 56.050 W61 30.843 |  |
| CASA ABANDONADA 05 | S4 55.891 W61 30.662 |  |






| PONTOS | COORDENADAS | |
|--------------------|----------------------|--|
| CASA ABANDONADA 06 | S7 29.271 W63 14.548 |  |
| CASA GOIANO | S7 01.371 W63 06.182 |  |
| CASA KM 70 | S7 12.427 W63 08.208 |  |
| CASAS | S7 08.443 W63 06.989 |  |



| PONTOS | COORDENADAS | |
|-----------------------|----------------------|--|
| COMUNIDADE FORTALEZA | S7 07.974 W63 06.959 | |
| FAZENDA 01 | S7 06.191 W63 06.732 | |
| FAZENDA 02 | S7 06.111 W63 06.732 | |
| FAZENDA 03 | S7 02.597 W63 06.332 | |
| FAZENDA 04 | S7 22.288 W63 11.959 |  |
| FAZENDA 05 | S7 17.975 W63 10.270 |  |
| FAZENDA DOM BOSCO | S7 25.202 W63 13.115 |  |
| FAZENDA DOS CATARINOS | S6 14.563 W62 42.218 | |







| PONTOS | COORDENADAS | |
|--------------------------------|-------------------------------|--|
| FAZENDA LAGES | S7 19.881 W63 10.946 |  |
| FAZENDA MORAIS 2 | PAULO S7 26.446 W63 13.577 |  |
| GALPAO DO POSTO DE GASOLINA | S6 21.929 W62 48.184 |  |
| PLACA 01 | S5 48.233 W62 19.326 |  |







| PONTOS | COORDENADAS | |
|----------|----------------------|--|
| PLACA 02 | S5 49.745 W62 20.613 | |
| PONTE 02 | S6 06.875 W62 35.028 | |
| PONTE 03 | S6 07.308 W62 35.393 | |
| PONTE 04 | S6 07.590 W62 35.630 | |







| PONTOS | COORDENADAS | |
|----------|----------------------|--|
| PONTE 05 | S6 08.757 W62 36.608 |  |
| PONTE 06 | S6 09.144 W62 36.931 |  |
| PONTE 07 | S6 09.757 W62 37.450 |  |
| PONTE 08 | S6 10.128 W62 37.760 |  |







| PONTOS | COORDENADAS | |
|----------|----------------------|--|
| PONTE 09 | S6 11.256 W62 38.709 |  |
| PONTE 10 | S6 12.292 W62 39.735 |  |
| PONTE 11 | S6 13.198 W62 40.712 | |
| PONTE 12 | S6 13.871 W62 41.439 |  |
| PONTE 13 | S6 15.212 W62 42.969 |  |



| PONTOS | COORDENADAS | |
|----------|----------------------|--|
| PONTE 14 | S6 16.024 W62 43.917 | |
| PONTE 15 | S6 17.820 W62 45.307 |  |
| PONTE 16 | S6 20.749 W62 47.113 |  |
| PONTE 17 | S6 21.836 W62 48.036 |  |
| PONTE 18 | S6 22.255 W62 48.496 |  |







| PONTOS | COORDENADAS | |
|----------|----------------------|--|
| PONTE 19 | S6 22.289 W62 48.530 |  |
| PONTE 20 | S6 23.239 W62 49.554 |  |
| PONTE 21 | S7 05.085 W63 06.603 |  |
| PONTE 22 | S7 01.092 W63 06.155 |  |



| PONTOS | COORDENADAS | |
|--------------------------|----------------------|--|
| POSTO DE GASOLINA | S6 21.954 W62 48.193 |  |
| POUSADA TERRA RICA | S4 58.583 W61 34.099 |  |
| RESTAURANTE REALIDADE | S6 58.846 W63 05.795 |  |
| SERRALHERIA | S6 59.603 W63 05.987 |  |







| PONTOS | COORDENADAS | |
|-----------------------------------|------------------------------|--|
| SITIO 01 | S7 29.694 W63 14.723 |  |
| SITIO 02 | S7 29.102 W63 14.507 |  |
| SITIO CRISTALINA | AGUA S4 56.645 W61 31.615 |  |
| SITIO BELA VISTA ABANDONADO | S5 59.859 W62 30.433 |  |



| PONTOS | COORDENADAS | |
|-----------------|----------------------|--|
| SÍTIO BOA SORTE | S7 20.182 W63 11.160 |  |
| SÍTIO BOQUEIRÃO | S7 24.202 W63 12.674 |  |
| SÍTIO DO LORO | S7 20.326 W63 11.157 |  |
| SÍTIO MARCOPOLO | S7 23.003 W63 12.199 |  |



| PONTOS | COORDENADAS | |
|-----------------------------|----------------------|--|
| SÍTIO PANTOJA | S7 22.760 W63 12.117 |  |
| SÍTIO TEREZINHA 01 SANTA | S7 23.193 W63 12.281 |  |
| SÍTIO TEREZINHA 02 SANTA | S7 23.109 W63 12.241 |  |
| VILA SÃO CARLOS | S7 28.654 W63 14.317 |  |



8. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O projeto de Diagnóstico Arqueológico Interventivo da Área de Influência da BR-319 contemplou atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas durante as atividades de campo.

Conforme a proposta as atividades de Educação Patrimonial foram dirigidas aos estudantes de duas escolas localizadas no município de Humaitá e com os moradores, com a população do entorno e com representantes do Território Indígena Mura.

Os estabelecimentos de ensino onde se realizaram as palestras foram:

- Escola Municipal Vereador Manoel de Oliveira Santos, Endereço: Comunidade Realidade - BR 319 - KM 100, S/N Sentido Manaus – Zona Rural
Telefone: (97) 33732556 (97) 44007629 - Humaitá / AM
- Escola Estadual Oswaldo Cruz, Endereço: Rua Marechal Deodoro, - Centro Telefone: 97 33731135 Humaitá / AM

A atividade principal realizada em todos os estabelecimentos foi a de palestras com duração aproximada de 1 hora. As palestras abordaram legislação sobre o patrimônio, importância do conhecimento sobre a arqueologia brasileira e o desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos em empreendimentos. As exposições foram realizadas com o auxílio com Datashow para a projeção de imagens sobre o assunto.

Outra atividade foi a distribuição de material impresso em formato de panfleto com dimensão de 15cm x 15cm com o intuito de informar aos estudantes, professores e funcionários sobre o patrimônio arqueológico, arqueologia e sítio arqueológico (Figura 65).



Figura 61 Escola Vereador Manoel.



Figura 62 Escola Vereador Manoel.



Figura 63 Escola Oswaldo Cruz – Manhã.



Figura 64 Escola Oswaldo Cruz – Manhã.

Você já ouviu falar sobre patrimônio arqueológico?
O patrimônio arqueológico é formado por vestígios que povos passados deixaram de herança para nós, como: os restos de suas casas, os objetos que produziam, os seus enfeites, as suas pinturas.

O que é arqueologia?
É a ciência que estuda os sítios arqueológicos. A arqueologia usa métodos e técnicas de pesquisa para compreender como o homem vivia no passado.

Mas quem é o arqueólogo afinal?
Profissional qualificado, com formação acadêmica, um pesquisador que busca descobrir pistas que identifiquem como o homem do passado vivia.

www.fronteirasarqueologia.com.br

verso

O que é um sítio arqueológico?
É como chamamos o local onde encontramos o que restou de culturas do passado que sobreviveu ao tempo.

Será que todos os sítios arqueológicos são iguais?
Os vestígios que o homem deixou no passado são diferentes. Assim temos vários tipos de sítios arqueológicos

061 8114 6646 061 32637745
www.fronteirasarqueologia.com.br
contato@fronteirasarqueologia.com.br

FRONTEIRAS
ARQUEOLOGIA
Preservando o passado e garantindo o futuro!

reverso

Figura 65 Panfleto informativo sobre arqueologia (verso e reverso).



Na manhã do dia 22 de setembro foi realizada a ação de Educação Patrimonial na comunidade com os moradores, com a população do entorno e com representantes do Território Indígena Mura. Essa atividade de Educação Patrimonial ocorreu após a reunião da associação comunitária com os técnicos da Reserva de Desenvolvimento Igapó-Açu. O objetivo dessa reunião foi discutir estratégias de manejo e monitoramento do rio Igapó-Açu entre os Mura e os moradores da comunidade.

A educação patrimonial teve como objetivo apresentar os conceitos de patrimônio cultural material e imaterial, identidade étnica, memória e esclarecer dúvidas vinculadas aos estudos antropológicos que foram realizados na comunidade.

Foram apresentados os primeiros dados levantados do estudo referente ao patrimônio cultural da comunidade com o intuito de se fazer um primeiro “desenho” das possíveis medidas de salvaguarda desses bens culturais. Vários participantes opinaram em relação as medidas futuras, como por exemplo a criação de um programa que incentive a produção e dê suporte para a comercialização do artesanato local.

Nessa reunião os moradores colocaram em pauta a questão da possível desapropriação da comunidade. A informação extraoficial da construção de uma ponte que substituiria a balsa de travessia é o motivo dessa tensão. Eles afirmaram que existe uma preocupação em relação a desapropriação de todas as casas caso a ponte seja construída. Nesse sentido, sugere-se que o empreendedor faça uma reunião pública com a associação de moradores com o intuito de sanar qualquer dúvida em relação a essas questões.



Figura 66 Ação de Educação Patrimonial na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Figura 67 Ação de Educação Patrimonial na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Figura 68 Ação de Educação Patrimonial na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Figura 69 Ação de Educação Patrimonial na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Ação de Educação Patrimonial na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



Ação de Educação Patrimonial na Comunidade Tradicional São Sebastião do Rio Igapó-Açu.



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no projeto aprovado pela IPHAN/AM, a pesquisa na área de interferência (direta e indireta), da BR-319, municípios de Beruri, Borba, Humaitá, Manicoré e Tapauá; buscou realizar levantamento sistemático em busca de qualquer vestígio que pudesse indicar ocupações pretéritas regionalmente, bem como locais de interesse arqueológico, histórico e/ou cultural.

Assim, a partir do estudo feito e das análises preliminares, lembrando que se trata do diagnóstico arqueológico, sugere-se algumas recomendações que podem ser tomadas a fim de valorizar, preservar e obter maior conhecimento sobre o patrimônio material da região.

Como destacado por Delforge (2013), o resultado final da pesquisa arqueológica no licenciamento ambiental, os pesquisadores envolvidos devem elaborar programas do gerenciamento do patrimônio de modo que se proponham diretrizes para sua proteção, valoração e socialização.

Pode-se observar que o território que passou pela pesquisa, apesar de não ter sido localizados assentamentos pré-coloniais, apresenta grande repertório cultural representado pelo modo de vida e cultura atuais, sobretudo ribeirinhos. Assim, solicita-se ao IPHAN/AM o prosseguimento da pesquisa de forma que se possa realizar um refinamento da realidade até então vislumbrada por meio deste relatório.

Finalmente, indica-se a realização de amplo programa de Educação Patrimonial para todas as comunidades do entorno da rodovia BR-319, como forma de agregar valor aos materiais culturais permitindo a conscientização da população local em favor desse patrimônio que deve ser preservado, acima de tudo, pela singularidade que ele representa.

Por isso, os projetos de estudos subsequentes a este devem propor medidas de gestão do patrimônio em longo prazo, medidas que alcancem os agentes que podem, de fato, contribuir para a preservação não somente dos materiais, mas também das memórias locais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fernando Ozorio de. O Complexo Tupi da Amazônia Oriental. São Paulo, MAE/USP, Dissertação de mestrado, 2008.
- ALVES, Márcia Angelina. Assentamentos e cultura material indígena anteriores ao contato no sertão da Farinha Podre, MG, e Monte Alto, SP. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Tese de Livre Docência, 2009.
- AGOSTINI, C. e NAJJAR, R. Pesquisa arqueológica na Casa da Hera – Vassouras / RJ. Revista de Arqueologia, vol. 20, 2007.
- ARIÉS, P. História da Morte no Ocidente. Livraria Francisco Alvares Editora S.A. Rio de Janeiro, 1977.
- BANDEIRA, Arkley. Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. São Paulo: MAE/USP, tese de doutoramento, 2012.
- BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005.
- BASTOS, Rossano L. Arqueologia: impactos cumulativos. In: Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira. Juiz de Fora - MG: MAEA/UFJF, pp.49-53, 2006.
- BINFORD, Lewis R. The Archaeology of Place. Journal of Anthropological Archaeology, n.01, pp. 05-31, 1982.
- BOËDA, E. Technogenèse de systèmes de production lithique au Paléolithique inférieur ET moyen em Europe occidentale ET au Proche Orient. Université Paris X, Nanterre, Thèse d'Habilitation à diriger dès recherches, 2 vols. 1997
- _____ (Organizador.). Des Comportements Techniques dans la Préhistoire. Laboratoire D'Ethnologie et de Sociologie Comparative, N°20, 2000.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- _____. Decreto nº 3551. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. 2000.
- _____. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



_____. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

_____. Lei Federal nº 10.257. Estatuto da Cidade. 2001.

_____. Portaria nº 07 de 01 de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas previstas na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.

_____. Portaria nº 230 de 17 de dezembro de 2002. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2002.

_____. Resolução 001/86. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. CONAMA, 1986.

BROCHIER, L. L. Diagnóstico e Manejo de Recursos Arqueológicos em Unidades de Conservação: uma proposta para o litoral paranaense. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/MAE/USP, 2004.

BUENO, L. de M. R. As Indústrias Líticas da Região de Lajedo e sua inserção no contexto do Brasil Central. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo. 2005-2006. pp. 37-57.

_____. A tecnologia lítica brasileira no Holoceno inicial: tecnologia lítica, cronologia e processos de ocupação. In: PEREIRA, E. & GUAPINDAIA, V. Arqueologia Amazônica. Belém: IPHAN/PA, pp. 545-560, 2010.

BUENO, Lucas; PEREIRA, Edithe. Indústrias líticas em sítios cerâmicos na Amazônia: um estudo do sítio Domingos, Canaã dos Carajás, Pará. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 17, pp. 99-126, 2007.

CALDARELI, Solange Bezerra (coordenadora). Arqueologia no Vale do Paraíba Paulista: SP 070 rodovias Carvalho Pinto. São Paulo: DERSA desenvolvimento rodoviário S.A, 2003.

CALDERÓN DE LA VARA, V. As tradições líticas de uma região do baixo médio São Francisco (Bahia). Estudos de Arqueologia e Etnologia, UFBA, Coleção Valentín Calderón, 1983.



COSTA, Fernando Walter da Silva. Arqueologia das Campinaranas do Baixo Rio Negro: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Centra. São Paulo: MAE/USP, Tese de doutoramento, 2009.

_____. Análise das Indústrias líticas da área de confluência dos rios Negro e Solimões. São Paulo: FFLCH/MAE/USP, dissertação de mestrado, 2002.

CASCO. A. C. Amorim. Sociedade e educação patrimonial. IPHAN, 2006.

COSTA, Fernando Walter da Silva. Arqueologia das Campinaranas do Baixo Rio Negro: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Centra. São Paulo: MAE/USP, Tese de doutoramento, 2009.

CHARTKOFF, J. L. Transect Interval Sampling in Forests. *American Antiquity*, 43 (1): 46-53. 1978.

CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia* 1(1):119-147, 1976.

CUNHA, A. C. R. Gestão de Matéria-Prima no Vale do Rio Manso: Sítio Arqueológico Casca – Mato Grosso, Brasil. Instituto Politécnico de Tomar. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Dissertação de Mestrado, 2009.

DELFORGE, Alexandre H. Aspectos do Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico no Brasil. *Revista Espinhaço*, n. 2, v.2. pp. 20-35, 2013.

DI DEUS, E. Antropologia e Ambiente: entre transgressões e sínteses. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Dissertação de Mestrado, 2007.

FAGUNDES, Marcelo. Sítio Rezende: das cadeias operatórias ao estilo tecnológico - um estudo da dinâmica cultural no médio vale Paranaíba, Centralina, Minas Gerais. São Paulo: MAE/USP, Dissertação de Mestrado, 2004.

_____. Recorrências e Mudanças no sistema tecnológico do sítio Rezende, médio vale do Paranaíba, Minas Gerais – estudo de variabilidade estilística nos horizontes líticos dos caçadores-coletores e agricultores ceramistas. *Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, MAX/UFS, v.05 (01), pp. 163-206, 2005.

_____. Conjuntos artefatuais cerâmicos do sítio Rezende, Centralina, Minas Gerais: as escolhas culturais na pré-história. *Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, MAX/UFS, v.07 (01), pp. 147-186, 2006a.



_____. Indústrias líticas do sítio Rezende: procura, captação, transporte e uso da matéria-prima entre grupos de agricultores ceramistas. *Revista Clio – série arqueológica*. Recife: UFPE, nº 21, pp.107-139, 2006b.

_____ Atributos formais e tecnológicos da indústria lítica do sítio topo, Canindé de São Francisco: estudo da organização tecnológica para compreensão do sistema de assentamento regional em Xingó. *Revista Canindé*, nº 9, 2007a.

_____ Sistema de assentamento e tecnologia lítica: organização tecnológica e variabilidade no registro arqueológico em Xingó, Baixo São Francisco, Brasil. São Paulo: MAE/USP, Tese de Doutorado, 2007b.

_____ O conceito de paisagem em arqueologia – os lugares persistentes. *Holos Environment*, 0, pp. 135-149, 2009.

_____. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. IN: TRINDADE, J. & TERRA, C. T. (orgs). *Simpósio Arqueologia na Paisagem II: Arqueologia na Paisagem: um olhar sobre jardins históricos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, pp.15-19, 2011.

_____. O Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha (PAAJ) e a Área Arqueológica De Serra Negra, Alto Araçuaí, Minas Gerais - Aspectos Gerais. *Revista Espinhaço*, v.2, n.2, pp. 68-95, 2013.

_____. Arqueologia e educação–programa “Arqueologia e comunidades” para crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha, Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 11 (1), pp. 199-216, 2013b.

FAGUNDES, Marcelo; PIUZANA, Danielle. Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 08 (01), pp.; 205-220, 2010.

FAGUNDES et al. Projeto “Arqueologia e Comunidades” no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. *TARAIRIÚ – Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB Campina Grande*, Ano II – Vol. 1 - Número 03 –pp.26- 40,2011

FAGUNDES, Marcelo et al. Paisagem Cultural da área arqueológica de Serra Negra, Vale do Araçuaí: os sítios do complexo arqueológico Campo das Flores, municípios de Senador Modestino Gonçalves e Itamarandiba. *TARAIRIÚ- Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB, Campina Grande- PB*, vol.1, n.5, p.41- 66, out.2012.



FAGUNDES & TAMEIRÃO. Conjuntos Líticos do Sítio Arqueológico Mendes II, Diamantina, MG: Um Estudo de Cadeia Operatória dos Artefatos Unifaciais em Quartzito da Face Meridional da Serra do Espinhaço. Tarairiú, Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB. Campina Grande - PB, Ano IV – Vol.1-Número 06–Junho de 2013.

FERDIERE, A. Les prospections au sol. In: Dabas, M.; Delétang, H.; Ferdière, A.; Jung, C. & Zimmermann, W. H. La prospection. Paris, Ed. Errance, 1998.

FOGAÇA, E. Mãos para o pensamento. A variabilidade tecnológica de indústrias líticas de caçadores-coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VIII e VII da Lapa do Boquete (Minas Gerais, Brasil - 12.000/10.500 B.P.). Porto Alegre: Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado, 2001.

_____. Tradição Itaparica e as indústrias líticas pré-cerâmicas da Lapa do Boquete (MG- Brasil). Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n.5, pp.145-158, 1995.

FOGACA, E.; LOURDEAU, Antoine. Uma abordagem tecno-funcional e evolutiva dos instrumentos plano-convexos (lesmas) da transição Pleistoceno/Holoceno no Brasil Central. FUMDHAMentos, v. 7, p. 260-293, 2010.

FRONTEIRAS ARQUEOLOGIA. Relatório Final Do |Projeto Diagnóstico Arqueológico Interventivo Na Área Da Fazenda Bolívia-Município de Cabeceira Grande / MG. 2013.

FRONTEIRAS ARQUEOLOGIA. Relatório Final Do Diagnóstico Arqueológico Interventivo Na Área Da Fazenda Batalha I Município De Paracatu / MG. 2013a.

FRONTEIRAS ARQUEOLOGIA. Relatório Final Do Diagnóstico Arqueológico Interventivo Na Área Da Fazenda Ykk Município De Bonfinópolis De Minas / Mg. 2013b.

FRONTEIRAS ARQUEOLOGIA. Relatório De Diagnóstico Interventivo Sobre O Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico, Histórico-Cultural E De Educação Patrimonial Da Área Da Fazenda Buriti-I. 2013c.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. IN: Arqueologia e Patrimônio. Erechim – RS: Habilis Editora, 2007.

GALHARDO. Tecnologia lítica: Estudo da variabilidade em sítios líticos do nordeste do estado de São Paulo. Brasil. São Paulo: MAE/USP, Dissertação de Mestrado, 2010.

GAMBLE, C. Arqueología Básica. Barcelona: Ediciones Ariel. 2002.



- HANDSMAN, R.G.E e LEONE, M.P. Living history and critical archaeology in reconstruction of the past. In: PINSK, V. & WILIE, A. (eds). Critical traditions in contemporary archaeology. Albuquerque, University of New Mexico, 1995
- HODDER, I. Reading the past Current approaches to interpretation in archaeology. Cambridge University Press, 1994
- HORTA, Maria de L. Parreiras et al. Guia de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- HORTA, Maria de L. Parreiras. Educação Patrimonial: oficinas de formações de professores. Disponível em: <www.tvebrasil.com.br> 2003.
- HORTA, M. de L. P. et al. Guia de Educação Patrimonial. Brasília: Iphan, Museu Imperial. 1999.
- HORTA, M. de L. P. Educação Patrimonial: oficinas de formações de professores. Brasília: IPHAN, 2003.
- INIZAN, M.-L.; REDURON, M.; ROCHE, H.; TIXIER, J. – *Préhistoire de la Pierre Taillée. 4. Technologie de la pierre taillée.* Antibes: Cercle de Recherches et d'Études Préhistoriques. 1995
- IPHAN. Termo de Referência para o Licenciamento Ambiental – Meio Ambiente Sócio Econômico em seus Aspectos Relacionados à Proteção dos Bens de Interesse Cultural. Belo Horizonte, 2012.
- KINTIGH, K. W. The effectiveness of subsurface testing: a simulation approach. *American Antiquity*, 53 (4): 686-707. 1988.
- KIPNIS, R. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (1996). Goiânia / GO: 1997. p. 34-40.
- KRAKKER, J. J.; SHOTT, M. J. & WELCH, P. D. Design and evaluation of shovel - test sampling in regional archaeological survey. *Journal of Field Archaeology*, 10: 469-480. 1993
- La SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. Cerâmica Guarani. 2ª ed. Posenato Arte e Cultura, Porto Alegre, 1989.



LAMING-EMPERAIRE, Annete. Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas/UFPR. Manuais de Arqueologia, n. 2, 1967.

LOUDEAU, Antoine. A pertinência de uma abordagem tecnológica para o estudo do povoamento pré-histórico do planalto central do Brasil. *Revista Habitus*, v. 4, n.2, pp. 685-710, jul./dez. 2006.

MARTIN, G. Pré-História do Nordeste do Brasil. Recife: UFPE, 1999.

MARQUES, Marcélia; HILBERT, Klaus. A tradição (arqueológica) Itaparica: A materialidade textual e a semantização dos objetos. *Revista Trajetos*, n.13, pp. 68-80, 2009.

MARSHALL, Y. What is Community Archaeology? *World Archaeology*, 32 (02), pp. 211-219, 2002.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela do Patrimônio Brasileiro: Doutrina, Jurisprudência, Legislação. Belo Horizonte. Del Rey, 2006.

MORAIS, José Luiz de. Tópicos da Arqueologia da Paisagem. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP*, n.10, pp. 03-30, 2000.

NEVES, Eduardo G. Arqueologia da Amazônia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. A arqueologia da Amazônia Central e as classificações na arqueologia amazônica. In: PEREIRA, E. & GUAPINDAIA, V. *Arqueologia Amazônica*. Belém: IPHAN/PA, pp. 561-604, 2010.

ORTON, C.; P. TYERS; A. VINCE. *Pottery in archaeology*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2003.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

RICE, P. *Pottery analysis. A sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

RODET M. J.; DUARTE-TALIM, D; BASSI, L. F. Reflexões sobre as primeiras populações do Brasil Central. *Revista Habitus*, v. 9, pp. 81-100, 2012.

RODET, Jacqueline et al. Análise tecnológica e cadeia operatória: uma nova proposta para indústria lascada das culturas ceramistas da Amazônia. In: PEREIRA, E. & GUAPINDAIA, V. *Arqueologia Amazônica*. Belém: IPHAN/PA, pp. 681-712, 2010.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. IN: CUNHA, M. C. (ed). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, pp. 53-86, 1998.



- RYE, O. S. Pottery technology principles on reconstruction. Washington: *Mamals on Archaeology*, nº 4, 1981.
- SANTOS, Marisa Veloso. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, n. 24, p. 77-95, 1996.
- SCHIFFER, M. B.; G. J. GUMERMAN (Ed.) *Conservation Archaeology*. New York, Academic Press, 1977.
- SCHIFFER, M. Contexto arqueológico e contexto sistêmico. Tradução: Acadêmica Maria Francisca de Oliveira Vargas. Instituto de Letras, UFRGS, julho de 2005.
- SCHMITZ, P. I. Caçadores-coletores do Brasil Central. In: TENÓRIO, M. C. (Ed.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, pp. 89-100, 1999.
- SILVA, M. M. e DELGADO, A. F. Educação Patrimonial e Ensino de História na Cidade de Goiás: Olhares Convergentes Sobre Práticas de Memória na Escolarização Básica. *Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História* 18, 19 e 20 de abril de 2011– Florianópolis/SC.
- SILVA, Katiúcia de Sousa et al. Carta de sensibilidade arqueológica: breve introdução aos estudos de padrões de assentamento de populações pré-coloniais na UHE Jirau – Rondônia, Brasil. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n. 2, Set. 2010
- SOUTH, S. Evolution and horizon as revealed in ceramics analysis in historical archaeology. In: SCHUYLER, R.L. (Ed.) *Historical Archaeology: a guide to substantive and theoretical contributions*. 1978. New York, Baywood Publishing Company Inc.
- SYMANSKI, L.C. Bebidas, panacéias, garrafas e copos: a amostra de vidros do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de Arqueologia*, vol.11, 1998.
- TAMEIRÃO, J. R. Além das Pedras: uma abordagem tecnológica do conjunto artefactual do sítio arqueológico Mendes II, Diamantina, MG. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Diamantina, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Bacharelado em Humanidades.
- TOCCHETO, F. Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. Porto Alegre: PUC-RS, Tese de doutorado, 2004.
- TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 1989.



VIANA, S. Variabilidade tecnológica do sistema de debitage e de confecção de instrumentos líticos lascados de sítios lito-cerâmicos da região do Rio Manso/MT. Porto Alegre: PUC-RS, Tese de doutoramento, 2005.

WATERS, M. R. Principles of geoarchaeology: a North American perspective. Tucson: University of Arizona Press, 1992. 398 p.